

CORAGEM

PARA MUDAR!



DELEGADA ★
**ADRIANA
ACCORSI**



PLANO DE GOVERNO PARA GOIÂNIA – 2021/2024

PREFEITA
**DELEGADA ADRIANA
ACCORSI – PT**
VICE-PREFEITO **PEDRO WILSON**

CORAGEM PARA MUDAR

ÍNDICE

- II- APRESENTAÇÃO
- III- OS DESAFIOS DA CONJUNTURA
- III- OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES DE GOIÂNIA
- IV- O PLANO DE GOVERNO

EIXO ARTICULADOR

★ Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI
EIXOS ESTRATÉGICOS

- ★ Desenvolvimento Econômico Sustentável e Solidário
- ★ Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade
- ★ Desenvolvimento Rural Social e Ambientalmente Sustentável
- ★ Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde
- ★ Educação Inclusiva e de Qualidade
- ★ Segurança Pública Cidadã
- ★ Desenvolvimento Social: Inclusão e Equidade
- ★ Igualdade e Garantia de Direitos
- ★ Cultura para Todos
- ★ Esporte e Lazer Acessível a Todos e Todas
- ★ Participação Cidadã e Transparência
- ★ Gestão Ética e Eficiente

I – APRESENTAÇÃO

“O que nos move é a certeza de que Goiânia é bem maior que todas as dificuldades que a cercam. Esta cidade merece ter suas pessoas bem cuidadas. Goiânia precisa aliar o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social e, é com essa convicção que convido todas e todos que querem o bem da nossa cidade a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis”.

Adriana Accorsi

O Brasil e o povo brasileiro vivem tempos difíceis. A imensa crise social, fiscal e econômica foi agravada pela pandemia da COVID-19 e pelo desgoverno Bolsonaro. A retirada de direitos, o desmonte das políticas públicas, o ataque ao patrimônio público, a total ausência de programas de desenvolvimento, faz com que a queda de arrecadação e o aumento da demanda por serviços públicos cresça cada vez mais nos municípios brasileiros. Portanto, é fundamental assumir o compromisso de governar, com visão inovadora, pautada na gestão ética, transparente e democrática, com ampla participação popular, priorizando e cuidando dos que mais precisam. É isso que faremos.

Neste cenário, este Plano de Governo apresenta nossa visão de futuro para Goiânia, à luz dos seus problemas, demandas e potencialidades, e está sendo elaborado de forma participativa, com propostas oriundas das dezenas de reuniões virtuais com os movimentos sociais e com as Zonais de Goiânia e oriundas da plataforma na internet, a “Fala Goiânia”, que continuará aberta para a participação da população, por meio do endereço www.falagoiania.com.br e posteriormente publicadas. Portanto, não é uma obra concluída, são diretrizes que abraçarão novas proposições durante toda a campanha eleitoral.

O Plano de Governo, em construção, mostra que queremos governar Goiânia para torná-la mais participativa, solidária, criativa e inteligente, com nosso povo bem cuidado e usufruindo da cidade em segurança.

Governaremos essa linda cidade para e com todas e todos, assim poderemos superar os grandes desafios e inserir nossa cidade no rol de cidades com alto grau de desenvolvimento econômico, social e cultural, equação cuja solução o nosso partido – o Partido dos Trabalhadores – PT – já provou ser possível governando centenas de cidades e o Brasil, na Presidência da República, durante quatro mandatos, em parceria com inúmeros partidos e governando Goiânia três vezes, deixando um legado de direitos sociais e obras que beneficiaram a população.

Queremos contribuir na organização de políticas públicas direcionadas às garantias dos direitos sociais e humanos e, portanto, propiciar as condições para a cidadania, como investir em ações urbanísticas visando qualificar e democratizar espaços, tornando possível novos padrões de socialização e de identificação da população com sua cidade; combatendo a miséria e a exclusão social e construindo e consolidando processos de efetiva participação cidadã, por meio de canais virtuais de consultas, por bairros ou regiões. Além de investir em infraestrutura urbana, fundamental para a melhoria de qualidade de vida, como saneamento, pavimentação, mobilidade e atividades de cultura, educação, saúde, esportes e lazer.

Trabalharemos para garantir políticas sociais e realização de direitos, com uma segurança pública cidadã, tendo a prefeita como a principal articuladora dessa política, por meio de um Gabinete de Gestão Integrada, com uso de ferramentas modernas e eficientes, como o vídeo monitoramento e a participação e controle cidadão. Uma saúde de qualidade, com o fortalecimento do SUS e dos profissionais de saúde.

Investiremos em educação garantindo NENHUMA CRIANÇA FORA DA ESCOLA, dando um salto de qualidade, tanto no acesso e permanência dos estudantes com qualidade social, quanto na gestão democrática e participativa e no respeito aos trabalhadores em educação. Mobilizaremos a sociedade para um grande movimento GOIÂNIA CIDADE EDUCADORA.

Investiremos, também, no fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção Social, com políticas de assistência social democráticas e inclusivas, como instrumentos de combate à miséria, à pobreza e à desigualdade, que garantam cidadania a crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população de rua e demais setores hoje excluídos ou explorados. Investiremos, também, em um Estado promotor das igualdades das múltiplas identidades; na transparência na gestão pública; na participação política como elemento de decisão pública, dentre outros.

Usaremos nossa voz e poder de articulação para ajudar a derrubar a Emenda Constitucional 95/2016, a chamada Emenda do Teto ou PEC da Morte, por reduzir gastos em áreas essenciais, como saúde, educação e seguridade social e congelar os gastos públicos por nada menos que 20 anos. O PT possui a maior bancada de parlamentares na Câmara Federal e continuará não medindo esforços para derrubar essa Emenda.

GOIÂNIA SERÁ UMA CIDADE GERADORA DE EMPREGOS E DE QUALIDADE DE VIDA

Um das nossas primeiras iniciativas, em janeiro de 2021, será criar um FÓRUM PERMANENTE, com a participação de entidades empresariais, industriais, FECOMERCIO, ACIEG, SINDILOJAS, FIEG, Associação de Empreendedores da Região da 44 (AER), ACIBS, e outras entidades regionais da cidade, representantes de entidades dos trabalhadores e universidades, para INICIALMENTE dialogar e traçar um plano emergencial de recuperação da economia goianiense, desmantelada pela pandemia do novo coronavírus e descaso da atual gestão. E, constantemente, durante todo o nosso mandato, manteremos um diálogo, buscando saídas para os principais problemas do setor produtivo e alternativas para a modernização do setor, para o aumento da competitividade e qualidade de vida para os/as trabalhadores/as.

O investimento em Desenvolvimento econômico sustentável local será uma prioridade e buscaremos desenvolver iniciativas voltadas à consolidação das vocações econômicas locais ou o desenvolvimento de novas oportunidades – visando a geração de trabalho e renda, com estímulo e apoio aos micro, pequenos e médios empresários, à economia solidária, à economia criativa, ao cooperativismo e empreendedorismo.

Buscaremos várias experiências de cooperativismo no Brasil e no mundo, como a de Mondragon, na Espanha, para estimular a organização dos trabalhadores/as em cooperativas como uma das formas de geração de renda com autonomia. Assim como, organizaremos canais e dinâmicas de ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, além de investir em integração regional, criando Consórcios Intermunicipais, tanto para geração de emprego e renda, como para barateamento e democratização do acesso a materiais e serviços.

Pretendemos debater continuamente com a sociedade, com os municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, inclusive com o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia – CODEMETRO – uma nova proposta de mobilidade urbana para a cidade, tendo como foco a melhoria do transporte público para todos/as, com o menor impacto ambiental e no comércio possível. Goiânia carece também da viabilização de um novo sistema viário que projete as vias urbanas para os próximos 30 anos. Debate esse, ampliado para políticas de saúde, educação, emprego, segurança pública e demais políticas públicas, buscando soluções criativas para melhorar a vida da população.

Os avanços sociais e econômicos realizados nos governos Lula e Dilma serão parâmetros fundamentais para o nosso Plano de Governo, além da incorporação de novos temas para dar um novo salto de qualidade e inclusão social no nosso governo.

Seremos colaboradores e facilitadores, além de porta-voz das propostas deste Plano e das outras que virão, por meio de processos participativos e democráticos, visando a defesa da vida do povo e a melhoria de suas condições.

O povo de Goiânia merece um governo que tenha capacidade de enfrentar os duros desafios dos tempos atuais e que aja no interesse da maioria da população. Para isso, a nossa candidatura – Delegada Adriana Accorsi para prefeita e Pedro Wilson para vice-prefeito – pelo PT, se apresenta para debater publicamente as diretrizes de um Programa de Governo por meio do qual construiremos uma Goiânia socialmente justa, solidária, que aprofunde a democracia e a participação popular e que enfrente os problemas do município

II – OS DESAFIOS DA CONJUNTURA

A campanha eleitoral municipal em 2020 será realizada em uma conjuntura na qual os danos da política ultraliberal desenvolvida no país desde 2016, vêm provocando desmontes e retrocessos nas políticas sociais, nos direitos previdenciários e trabalhistas, privatizações e cortes provocados pela Emenda Constitucional 95/2016.

O Brasil vive uma crise sem precedentes na história. Esta crise – sanitária, social, econômica, política, ambiental e cultural – está entrelaçada a uma crise mundial, gera insegurança, medo, descrença e pessimismo na sociedade.

Após anos de estabilidade democrática, em um curto período da história brasileira inúmeros direitos foram cassados, violados e massacrados, com diversos casos de violência incentivados pelo discurso de ódio. O país andou para trás na renda do povo, na saúde, na educação, na defesa do meio ambiente e na liberdade.

O desemprego está nas alturas e quase 90% das ocupações criadas são informais, segundo o IBGE. A taxa de trabalhadores sem registro, sem direitos e proteção social já ultrapassa 40% - sem falar dos desalentados que nem ocupação têm.

São estes que sofrem com o aumento dos combustíveis e do gás de cozinha e do abusivo preço dos alimentos. O desmatamento aumentou 83%, com incentivo de um governo que arruinou nossa imagem junto aos ambientalistas e à comunidade internacional. Líderes indígenas e sindicalistas foram assassinados; professores, artistas e cientistas, perseguidos; e mulheres, pessoas negras e LGBTIQ+s sofrem diariamente violência e são assassinadas, tudo isso com total aval do governo federal.

No centro desses retrocessos está a imposição de um modelo concentrador de riqueza e renda excludente, que propõe o desmonte do Estado - não só por meio da privatização selvagem de empresas como a Petrobras e riquezas como o pré-sal, mas pela destruição dos instrumentos de construção da soberania nacional, como os bancos públicos e o fomento à ciência e tecnologia.

Vivemos tempos sombrios, com ações potencializadas por um governo que ataca os direitos humanos, os direitos sociais, o meio ambiente e a soberania. Os desdobramentos da pandemia, que com a política genocida do governo levou mais de 132 mil brasileiros e brasileiras a morrerem de Covid-19, somente agravaram tudo o que já vinha sucedendo no país, desde o golpe de 2016, que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder.

Associada à crise existente e tendo como principais protagonistas segmentos conservadores da sociedade, nos últimos tempos presenciamos o avanço de grupos portadores de visões retrógradas e excludentes no cenário político brasileiro, seja no aprofundamento do comportamento antipolítico, seja no discurso de ódio a trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, bem como o constrangimento aos que pensam diferente de sua linha ideológica.

Mas, por outro lado, apesar do clima de intimidação, agressão e violência que estes setores buscam criar, vislumbramos a mobilização dos mais diversos grupos de defensores da democracia, mostrando a força dos que resistem aos retrocessos de um governo ditatorial instalado em nosso país.

Por isso mesmo, além de se unir ao clamor popular em defesa da soberania do voto, nossa campanha enfrentará o pleito municipal como mais uma etapa na luta pela preservação da legalidade democrática e das conquistas sociais no Brasil, adquiridas mais fortemente ao longo de 13 anos dos governos do PT. Neste Plano de Governo, estes objetivos se traduzem em uma proposta progressista, democrática e popular que busca reafirmar os direitos de uma Goiânia onde as pessoas exerçam plenamente sua cidadania, que seja justa, fraterna e solidária.

Por isso mesmo nos orgulhamos das políticas públicas implantadas nos governos do PT, que estão presentes aqui em Goiânia e em todo Brasil. Programas e investimentos desenvolvidos, tais como: elevação do salário mínimo, o programa Bolsa Família, o Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Cisternas brasileiro – reconhecido pela ONU como uma das melhores políticas públicas do mundo. O programa Brasil sem Miséria, o de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (PRONATEC), o da Universidade para todos (PROUNI), a criação da Farmácia Popular, o Piso Salarial Nacional do Magistério, o combate ao trabalho escravo, o SAMU, a construção de UPAS e a implementação do programa Mais Médicos, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

Todas essas conquistas deram origem a um desenvolvimento que possibilitou a redução da pobreza, da desigualdade e melhoras significativas na distribuição da renda familiar.

III - GOIÂNIA - DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Infelizmente, a atual gestão municipal não deu prioridade às ações voltadas a melhorar as condições de vida da população, deixando-a desamparada.

Por isso mesmo, é visível em nosso município os descuidos com a saúde, especialmente a atenção básica; a piora nos indicadores educacionais; o sucateamento do transporte público; a deterioração de espaços públicos, como praças, feiras e equipamentos esportivos; o descaso com a assistência social; a falta de transparência e participação popular nas decisões de governo. Trata-se, de um modelo administrativo no qual a indiferença em relação à segurança pública se constitui num dos mais claros exemplos de descaso com a cidade.

Diferentemente do desprezo aos mais pobres demonstrado pelos governantes atuais, as gestões petistas sempre tiveram como foco principal diminuir o abismo existente entre privilegiados e excluídos e a defesa da vida e da dignidade dos que mais precisam.

Apesar disso, Goiânia é uma cidade linda, mas pode melhorar muito mais levando sua beleza para todos os bairros da cidade. Para que haja avanço no desenvolvimento econômico e social é preciso investir na melhoria dos indicadores quantitativos da economia, aliando investimentos em indicadores qualitativos que proporcionem melhor qualidade de vida da população.

Isto é perfeitamente possível! Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/ 12 de dezembro de 2012, somos a vigésima primeira cidade mais rica do Brasil, a décima segunda entre as capitais brasileiras e a primeira no estado,. É preciso uma gestão participativa e inclusiva para avançar e democratizar as políticas, inclusive com a adoção de políticas intersetoriais potencializando e dinamizando os recursos financeiros e humanos.

O último Censo/2010 apontou que Goiânia possui uma grande atuação na bovinocultura e avicultura. São destaques as indústrias farmacêuticas, alimentação e confecção. Segundo a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), do IBGE, divulgada em maio de 2020, Goiânia é o segundo maior polo confeccionista do Brasil, que emprega, só no conglomerado atacadista da 44, cerca de 160 mil pessoas, além da Feira Hippie, considerada uma das maiores feiras da América Latina.

Ainda, segundo a REGIC, o Arranjo Populacional de Goiânia é o principal centro de compras de vestuários e calçados para 161 municípios brasileiros e também se destaca no comércio de móveis e eletrônicos no País. A capital goiana é o quarto principal destino para consumidores deste gênero específico. A cidade é um dos maiores centros financeiros do Brasil, sua economia é caracterizada pela predominância de comércio de bens e prestação de serviços, que concentra 80% da economia do município.

A proximidade com Brasília e a localização estratégica, ajudaram no desenvolvimento econômico de Goiânia. As atividades econômicas da capital a transformaram em um dos principais centros de negócios e serviços e polo econômico regional do Centro-Oeste.

Mesmo com este enorme potencial, em 2010, a Organização das Nações Unidas – ONU, constatou que Goiânia é a cidade mais desigual do Brasil e a décima do mundo, uma realidade que nos impõe grandes desafios.

Portanto, mesmo Goiânia tendo a menor taxa de desocupação entre as capitais: 7,2%, no primeiro trimestre de 2019, segundo o IBGE, a situação é agravada por esta enorme desigualdade.

A Administração municipal recente tem se omitido dos assuntos urgentes da cidade e se ausentou completamente durante a pandemia do Coronavírus. Sequer as poucas verbas federais para o combate ao Corona vírus estão sendo usadas pela prefeitura, além de, em plena pandemia, demitir 3.000 temporários da educação, reduzir salários e direitos dos servidores públicos. Estabelecer diretrizes por meio de planejamento democrático e sustentável é vital para a dinamização de nossa economia e melhoria da gestão municipal.

Somente nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs – programa criado pelo então prefeito Pedro Wilson e continuado pelo prefeito Paulo Garcia, construindo 28 unidades, com 14 mil novas vagas – patrimônio da sociedade goianiense, possui uma fila de cinco mil crianças a espera de vagas, expostas ao perigo e privadas de um direito inalienável. A democratização do acesso, permanência e melhoria da gestão da educação é fundamental e é parte constitutiva de nosso programa de Governo. O nosso compromisso, reitero, é **NENHUMA CRIANÇA FORA DA ESCOLA**.

O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social, que garante um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, não é executado como deveria por falta de estrutura adequada, incluindo servidor concursado. Somente em 2019 cerca de quatro mil processos foram indeferidos por falta de preenchimento do Cadastro Único.

O investimento no ser humano e em sua formação já não é mais uma realidade na capital. Lembramos de administrações petistas quando havia participação popular e democracia como forma de envolver a cidade num grande movimento de direitos e cidadania, como no “Orçamento Participativo”, e nos programas de assistência social “Cidadão 2000”, exemplo de inclusão e parceria com a sociedade.

Nos nossos governos houve investimento no servidor público municipal, na valorização dos professores e na Educação, em projetos e programas que garantiram a preservação ambiental e a mobilidade urbana como as ciclovias espalhadas por toda cidade. O Prefeito Paulo Garcia implantou o sistema de ciclovias, com a construção de 98 quilômetros de ciclovias, ciclofaixas e ciclorotas pela cidade. Além de implantar as faixas exclusivas para ônibus e bicicleta, o que resultou em uma substancial diminuição da mortalidade no trânsito, de 318 vítimas fatais, em 2012, para 190, até o início de outubro de 2016, segundo a Delegacia de Crimes de Trânsito.

Paulo mobilizou recursos para obras como o BRT, que liga a região Norte da capital à região Sul e à cidade de Aparecida de Goiânia; com o projeto “Macambira-Anicuns”, demos exemplo de proteção ambiental e convivência comunitária. E este é um projeto para a cidade e não de um governo, praticamente nada foi feito nesses últimos anos, sendo que o original contempla 25 quilômetros de parque linear, e executado um terço, ou seja, oito quilômetros pelo prefeito Paulo Garcia. Já o VLT sobre o Eixo Anhanguera, gerido pelo governo estadual, apesar dos recursos terem sido liberados pela Presidenta Dilma Rousseff não saiu do papel por inoperância da atual gestão. É importante que todos os goianienses saibam que grandes programas e projetos iniciados pelos últimos governos do PT foram abandonados pela atual administração.

Nossos governos, Darci Accorsi, Pedro Wilson e Paulo Garcia, construíram 100% da Avenida Perimetral Norte; prosseguimos de forma significativa com as ainda não concluídas Marginais Botafogo e Cascavel e executamos grande parte da Avenida Leste-Oeste, até hoje não concluída. Realizamos também, um conjunto de intervenções de mobilidade urbana, como a execução de 60% do projeto do Anel Viário - elaborado na década de 1980, quando Goiânia possuía uma população inferior a um milhão de habitantes.

Hoje, uma Goiânia com 1.516,113 habitantes, exige um salto de qualidade envolvendo os municípios que compõem sua região metropolitana, tendo em vista que o trânsito e o transporte público não compreendem mais apenas os habitantes da capital, cuja discussão deve envolver o CODEMETRO. Além disso, devemos debater com todos os setores interessados de Goiânia e região metropolitana, a situação da BR 153 dentro do perímetro urbano e resgatar a importância de fazer valer o contrato de concessão feito pelo governo federal, que prevê construção de um novo traçado para essa Rodovia.

O transporte público penaliza a população com problemas que vão desde sua licitação - realizada há 12 anos, pelo atual gestor, que garante às empresas o recebimento por tarifa e não por quilômetro rodado, sem um Plano de Mobilidade que atenda às reais necessidades do presente e do futuro da nossa Capital, até as péssimas condições nos veículos, agredindo, cotidianamente, o nosso povo. Neste período da pandemia o sistema de transporte piorou, causando alto nível de contaminação, mesmo sendo a segunda maior tarifa do Brasil, - segundo a Cuponation, até o início de 2020, a tarifa de ônibus de Goiânia ocupava o 3º lugar, sendo superada por Porto Alegre e São Paulo. Já em fevereiro, alcançou a segunda tarifa mais cara do Brasil, sendo superado só por Porto Alegre (G1 de 19.02.2020). Neste contexto, nenhuma solução eficaz foi apresentada pela prefeitura. Mais uma vez, a vida humana foi deixada em segundo plano pela atual gestão.

No que tange a habitação, nossa cidade passou a conhecer projetos habitacionais estruturantes e políticas urbanas nas gestões do Partido dos Trabalhadores. Hoje de cada dez casas, duas são do Minha Casa Minha Vida, programa criado durante o Governo Federal Petista.

A partir de 1993/1997 na gestão do prefeito Darci Accorsi deu-se início ao projeto estratégico de habitação, com programas de reassentamentos de habitações precárias e reestruturação do espaço urbano da nossa cidade que iniciou com o PHA-I (Programa de Habitação de Interesse Social) e assim instalaram-se os Bairros Residencial Goiânia Viva, Jardim Conquista, Residencial Itaipu dentre outros. Todos instalados dentro das regiões mais centrais da malha urbana da cidade, integrando bairros e regiões geográficas da nossa capital.

Mantidas as ações e as diretrizes pelo sucessor de Darci, os projetos foram tratados como prioridade na gestão de Pedro Wilson, captando novos recursos e instalando novos bairros que, além de assegurar o direito à moradia, beneficiou centenas de famílias que viviam em situação de riscos de desabamento de sua moradia, pagando alugueis, e foram transferidas para suas casas em definitivo.

Essas transferências possibilitaram importantes intervenções que redesenharam a integração da nossa cidade articulada à continuidade das obras da Avenida Leste Oeste/Parte Oeste, conclusão da Marginal Botafogo, extensão da Avenida Goiás Norte, Marginal Cascavel, além da recuperação de áreas de nascentes e cursos d'água do Jardim Botafogo, Parque Linear do Córrego Botafogo/Setor Pedro Ludovico, Jardim Goiás, Córrego Água Branca, Buracão, Córrego Cascavel e Anicuns.

Na gestão do Prefeito Paulo Garcia, Goiânia ganhou os mais importantes investimentos nas áreas de habitação, trânsito, transporte e mobilidade urbana, sempre respaldado por financiamento federal garantidos pelas políticas dos Governos Lula e Dilma quando o Brasil ganhou uma verdadeira política de Estado, no trato à questão urbana brasileira, criando instrumentos, ferramentas e destinando recursos do orçamento da união para que os estados e municípios implementassem em suas respectivas cidades e regiões metropolitanas, políticas urbanas de inclusão cidadã e políticas de integração da cidade, articulando territórios e o acesso às políticas públicas – mobilidade, habitação, saneamento, etc.

Embora os governos Temer/Bolsonaro tenham buscado extinguir tais conquistas e Goiânia sentir as consequências disso, resistimos na esperança de sua retomada, pois são importantes políticas de geração de emprego e renda e de exercício de cidadania, sobretudo em tempos de pandemia que afeta a todos e todas, especialmente as famílias sem o acesso à moradia, ao trabalho e renda, ao transporte e sem o direito à saúde.

Governar uma cidade exige a continuidade dos programas e projetos, pois a população não pode ficar a mercê do projeto eleitoral do governo de plantão. A atual gestão adotou uma estratégia nociva ao desenvolvimento de Goiânia.

Por três anos abandonou a cidade para, somente no último ano de governo, apresentar um programa de obras, que deveriam ter sido executadas, em conjunto com outras, durante todo o governo. E, boa parte das verbas carreadas pelo ex-prefeito Paulo Garcia.

É neste cenário que apresentamos nossa candidatura para a Prefeitura de Goiânia. Com a convicção de estar preparada para o enfrentamento dos problemas, para tornar Goiânia uma cidade mais humanizada, solidária, participativa, inteligente, que priorize o ser humano e garanta todos seus direitos. Que busque no diálogo com a sociedade, os caminhos e alternativas para uma cidade melhor para todos e todas.

Para cumprir essa empreitada, a prefeitura vai estabelecer parcerias com as Universidades e instituições de pesquisas para levantar dados e analisar a realidade do município para contribuir na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

IV - PLANO DE GOVERNO

(alguns textos complementares a diversos Eixos encontram-se no Anexo, no final deste texto).

EIXO ARTICULADOR TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

Estamos pensando em longo prazo. Vamos transformar a crise ambiental em oportunidades para o bem viver do povo goianiense. Faremos a nossa parte, mesmo sabendo que quem teria que levar à frente esse movimento seria o governo federal, mas é público que o atual não agirá. Enquanto nós, à frente da prefeitura, buscaremos parcerias na questão ambiental e em outras diretamente com outros países, sobretudo com a União Europeia.

a correlação entre desequilíbrios ecológicos e pandemias, reforçando a essencialidade da questão ecológica.

A transição para uma economia descarbonizada não é só fundamental para frear as mudanças climáticas, também é um indutor de crescimento econômico com potencial para criar milhares de empregos verdes. Falamos de trabalhos diretamente destinados a proteger o meio ambiente ou daqueles que visam minimizar o impacto sobre a saúde da nossa cidade e do planeta.

Propomos outros valores e referenciais de consumo, um novo padrão de produção no município compatível com a urgência dos desafios ambientais e, ao mesmo tempo, capaz de apresentar alternativas econômicas que aproveitem a diversidade sociocultural e ambiental do nosso município, seja no campo ou na cidade.

Nosso compromisso ético e político é contribuir para enfrentar as mudanças climáticas e mitigar os efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionam enchentes e deslizamentos, ou as secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades agropecuárias, hortifrutigranjeiras e demais atividades econômicas.

Esse eixo articulador aponta para uma economia justa, que não desperdiça e nem esgota recursos naturais existentes, protegendo as necessidades das gerações atuais e futuras. Assim gerando qualidade de vida, com respeito às múltiplas identidades.

Nosso programa de governo contém medidas com essa lógica em todas as áreas de governo. No que se refere à transição ecológica mais diretamente é composto das seguintes propostas:

- ★ Tornar nossa cidade sustentável e resiliente, a partir da:
 - Proteção dos mananciais.
 - Promoção de energia limpa, com instalação de energia solar nas unidades da prefeitura.
 - Diminuição da emissão de poluentes, que afetam a qualidade do ar, do solo e água e de gases de efeito estufa.
 - Mitigação dos riscos de desastres ambientais: enchentes, deslizamentos de encostas, rompimentos de barragens, mapeando e implantando plano de atenção aos passivos ambientais na zona urbana e rural.

- ★ Estimular as empresas locais a adotarem medidas para tornarem-se progressivamente sustentáveis ambientalmente.

- ★ Iniciar a conversão da frota de transporte coletivo e dos veículos da frota municipal para tecnologia menos poluente.

- ★ Multiplicar parques e intensificar arborização no espaço urbano.
Promover a segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, incentivando a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos.

- ★ Elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, das Cooperativas de Materiais Recicláveis, Universidades e dos demais atores envolvidos na produção de resíduos.

- ★ Estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, bem como pelo consumo responsável.

- ★ Elaborar o Plano municipal de arborização urbana;

- ★ Elaborar o Plano municipal de iluminação pública;

- ★ Recuperação das matas ciliares dos córregos, ribeirões e principalmente ao longo do rio Meia Ponte;

- ★ Elaborar o Plano municipal de drenagem urbana;

- ★ Revisar o Código Ambiental do município de Goiânia e demais legislações correlatas;

EIXOS ESTRATÉGICOS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Nosso governo cumprirá o papel de ser o motor do desenvolvimento local, mesmo nas circunstâncias desfavoráveis provocadas pela crise econômica e pelas medidas neoliberais adotadas pelo governo federal. Nosso foco será a necessidade de gerar emprego e renda para a população afetada pela crise, que sofre ainda mais com a pandemia do COVID-19.

As iniciativas serão estruturadas a partir das seguintes diretrizes e propostas:

Estratégia de Desenvolvimento Municipal

Formularemos a estratégia de desenvolvimento para nossa cidade, buscando promover o crescimento dos setores econômicos, inclusive aqueles baseados na economia solidária, com o objetivo de gerar empregos e renda; tendo também como perspectiva incentivar a transição ecológica. Vale lembrar, a transição ecológica é uma estratégia para alcançar uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes, assegurando a saúde do planeta, superando a crise climática e protegendo os biomas.

Criaremos o Conselho de Desenvolvimento Econômico com a participação dos diversos setores empresariais, das cooperativas e empreendimentos da economia solidária; dos sindicatos de trabalhadores, das universidades e da sociedade civil organizada.

Buscaremos consolidar, fortalecer e desenvolver as principais cadeias econômicas da cidade e elaborar programas específicos para:

- ★ Atrair os fornecedores das atuais empresas industriais para se instalar na cidade;
- ★ Trazer empreendimentos comerciais e de serviços inexistentes, evitando que a população se desloque para outras cidades;
- ★ Estruturar uma rede de micro e pequenos negócios ou cooperativas, geradores de renda;
- ★ Desenvolver novas vocações econômicas tais como turismo, cultura, gastronomia, entre outras.

Infraestrutura para o Desenvolvimento

A decisão de uma empresa se instalar num município depende também da qualidade da infraestrutura. Assim, investiremos em energia, água, Internet, entre outros investimentos necessários para dar consequência às iniciativas de atração de novas empresas.

- ★ Promoveremos a implantação de vários Polos de Desenvolvimento Econômico, Industriais e de Serviços, buscando aumentar a arrecadação, a geração de emprego e renda e a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, com respeito ao meio ambiente.

Apoio às Empresas e à Economia Popular

- ★ Criação do Balcão Único de atendimento eficiente às empresas;
- ★ Instituir grupos de sinergia dos segmentos empresariais para identificar problemas a enfrentar e potencialidades a desenvolver, com a Prefeitura liderando a busca de soluções;
- ★ Disseminar informação qualificada sobre como acessar crédito facilitado, como modernizar as empresas, entre outras; constituindo redes com o SEBRAE e as Universidades;
- ★ Incentivar o associativismo e outras formas de organização da produção.
- ★ Articular iniciativas de finanças solidárias, por meio dos bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito;
- ★ Criação do Banco de Oferta de Serviços para facilitar a intermediação entre ofertantes e demandantes, atendendo empresários, trabalhadores autônomos, associações e cooperativas;
- ★ No que se refere ao setor agropecuário, será necessário:
 - Instituir programa para construir estratégias que aumentem o valor agregado da produção;
 - Ampliar os espaços e as condições de oferta dos produtos oriundos da agricultura familiar e agroextrativistas, inclusive ampliando a cobertura das feiras de bairro;
 - Incentivar os sistemas agroecológicos de produção, com melhor utilização dos recursos naturais e redução do uso de agrotóxicos;
- ★ Compras públicas – tratamento preferencial às micro e pequenas empresas e às iniciativas de economia solidária locais, a exemplo da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Formação da Força de Trabalho

- ★ Articular o esforço educacional e de qualificação de recursos humanos, envolvendo todas as redes de ensino e formação profissional.

DESENVOLVIMENTO URBANO E O DIREITO À CIDADE

A melhoria da qualidade de vida na nossa cidade passa pelo combate e redução das desigualdades, em suas diversas dimensões, além da garantia do direito à cidade.

O pleno direito à cidade se dará por meio do acesso à moradia digna com saneamento básico – água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, coleta seletiva, drenagem das águas pluviais. Acesso a uma mobilidade urbana que priorize o transporte coletivo, o sistema viário seguro e, ainda, que garanta a promoção do acesso equitativo aos equipamentos públicos de cultura, lazer, educação, saúde em todos os bairros.

Assim como nas demais áreas de governo, aqui também adotaremos medidas para iniciar a transição ecológica em nossa cidade, contribuindo para o controle das mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e da poluição.

A crise econômica que afeta as receitas municipais, agravada pela extinção dos mecanismos de financiamento federal aos municípios para políticas de saneamento, mobilidade urbana e habitação para baixa renda e a extinção do Programa Minha Casa Minha Vida, colocam dificuldades para uma atuação mais ampla.

Neste cenário desafiador nossos compromissos para o desenvolvimento urbano se consolidarão por meio das diretrizes e propostas a seguir:

Planejamento Urbano Inclusivo e Participativo

- ★ Estabelecer um processo de elaboração e revisão do Plano Diretor, com leitura participativa do território urbano e rural, que permitirá a discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, estabelecendo metas de médio e longo prazos;
- ★ Tratar os assentamentos precários, as áreas periféricas ou as áreas com esvaziamento econômico e/ou populacional, com políticas públicas articuladas a investimentos em infraestrutura, melhoria dos espaços públicos e incentivos para instalação de atividades de geração de emprego e renda, contribuindo para constituir uma cidade policêntrica, permitindo uma descentralização tal, que os deslocamentos seriam curtos, possibilitando caminhar ou andar de bicicleta para o trabalho, por exemplo;
- ★ Garantir as funções sociais da propriedade e da cidade por meio da aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, em especial das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), possibilitando a construção de habitação de interesse social nas áreas consolidadas, o IPTU progressivo e a edificação compulsória para refrear a especulação imobiliária;
- ★ Atuar de maneira proativa na construção e fortalecimento das instâncias de governança regionais e/ou metropolitanas.

Moradia Digna

A melhoria das condições de habitabilidade e de moradia mostraram-se essenciais para lidar com a crise sanitária provocada pelo COVID-19, assim como para mitigar os efeitos dos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas.

Em ambos os casos, apesar de atingir a todos, os impactos mais dramáticos ocorrem com as famílias mais vulneráveis, que não tem acesso à infraestrutura adequada ou vivem em área de risco. Vamos cuidar das pessoas e lutar para fortalecer o Programa Minha Casa Minha Vida.

- ★ Implementar uma política municipal de habitação com ações para as diferentes necessidades, por meio da promoção, financiamento e assistência técnica para a regularização fundiária; a melhoria de moradias precárias; produção de lotes urbanizados e de moradia;
- ★ Estabelecer parceria e assistência técnica aos movimentos sociais, ONGs, Associações de Cooperativas Habitacionais, grupos organizados e sindicatos, para os projetos de habitação do município;
- ★ Utilizar os terrenos e edifícios vazios para a produção de moradias de interesse social e de equipamentos públicos.
- ★ Garantir a Regularização Fundiária: uma política permanente por meio dos instrumentos jurídicos advindos dos governos Lula/Dilma a exemplo da Lei.13.465 (REURB). Esta será nossa ferramenta como política pública para regularizar as centenas de habitações existentes em nossa cidade onde as pessoas aguardam há mais de 40 anos a segurança jurídica do seu local de moradia. Implementar um programa de regularização fundiária urbana com a priorização da titularização em nome das mulheres
- ★ Reforma e Ampliação: instituiremos uma linha de credito de âmbito municipal para as famílias que queiram reformar e ou ampliar suas unidades habitacionais e proporcionar qualidade de vida às famílias.
- ★ Parceria Pública com a Sociedade Civil: nossa administração por meio de parcerias com organizações da sociedade civil e o setor empresarial empreenderá esforços para a construção de novas unidades habitacionais propiciando às pessoas as condições de saírem dos aluguéis, gerar emprego e renda na construção civil de Goiânia.
- ★ Programa Cidade cuidará da sua Maioridade: Dentre as políticas de atendimento à população da maioria, serão planejados locais de moradias com políticas multissetoriais e equipes multidisciplinares, com residências que dêem às pessoas idosas a dignidade humana integralizada ao espaço urbano e de fácil acesso aos equipamentos já existentes.
- ★ Participação popular: resgate integral dos instrumentos de fortalecimento da sociedade civil organizada como base fundamental da democracia e de permanente diálogo sobre os destinos de Goiânia. Pata tal, reinstalaremos o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Habitação como instrumentos de política de habitação municipal de Goiânia.

Saneamento Básico

A garantia do acesso ao saneamento básico entendido como abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; coleta e tratamento dos resíduos sólidos e limpeza urbana e manejo das águas pluviais urbanas para toda a população é um dos grandes desafios para todas as cidades.

Apesar da lei federal nº 14.026/20, que buscou enfraquecer o papel do município como titular e concedente do saneamento básico ter sido aprovada, acreditamos que o município tem um papel essencial na regulação dos serviços e dos investimentos na cidade, inclusive nos casos em que os serviços estão a cargo de companhias estaduais ou empresas privadas.

Abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto

- ★ Ampliar a disponibilidade hídrica para abastecimento da população e das empresas;
- ★ Garantir às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda o acesso à tarifa social;
- ★ Assegurar a gestão da água com a preservação das nascentes e dos mananciais, promovendo a despoluição e recuperação de nascentes, rios e mananciais degradados;
- ★ Participar ativamente nos Comitês de Bacia Hidrográfica, visando melhorar a gestão ambiental dos recursos hídricos na região;
- ★ Adotar o reuso de água nas atividades e edificações da prefeitura e incentivar as empresas e a população a fazer o mesmo;
- ★ Aumentar progressivamente a coleta e o tratamento de esgoto, mantendo rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto;
- ★ Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade dos imóveis estarem ligados à rede de esgoto;
- ★ Aperfeiçoar os instrumentos de regulação dos serviços e dos mecanismos de participação social.

Resíduos Sólidos

Equacionar o processo de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os materiais recicláveis, tendo como alternativa a construção de um consórcio intermunicipal;

- ★ Ampliar a coleta seletiva de lixo, incluindo as cooperativas de catadores de materiais recicláveis ao sistema e desenvolvendo programas de educação ambiental para incentivo ao consumo responsável, a redução da geração de resíduos, o aumento da reciclagem e da compostagem residencial;
- ★ Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e demais atores da cadeia de resíduos sólidos: produtores, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores.

Drenagem

- ★ Criar legislação que induza o aumento da permeabilidade do solo e a proteção de áreas sujeitas às inundações;
- ★ Elaborar Plano de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar soluções e implantar controle e monitoramento desses eventos;
- ★ Fazer a manutenção permanente do sistema de drenagem urbana e o desassoreamento de rios e córregos;
- ★ Pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto e calçadas permeáveis.

Transporte e Mobilidade Urbana

A organização e os investimentos no sistema viário da nossa cidade vão privilegiar a circulação do transporte coletivo e a segurança dos ciclistas e dos pedestres.

- ★ **Integrar, nas regiões metropolitanas, o transporte coletivo com planejamento conjunto entre os municípios e o Estado, de forma a melhor atender à população, evitando sobreposição de linhas, racionalizando custos e praticando tarifa única e integrada, independentemente do número de viagens, para não onerar os moradores da periferia;**
- ★ Priorizar os investimentos no sistema viário, privilegiando a circulação do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado, por meio da ampliação de vias exclusivas, corredores e faixas com pontos de ultrapassagem, de modo a reduzir o tempo de viagem e a poluição atmosférica;
- ★ Reduzir os impactos ambientais do sistema de mobilidade urbana, diminuindo progressivamente as emissões e promovendo a eficiência energética;
- ★ Ampliar ciclovias, facilitando o uso dessa alternativa de transporte;
- ★ Adequar as calçadas e dotá-las progressivamente de acessibilidade, com o objetivo de facilitar as viagens a pé de curta distância e priorizar o pedestre na travessia de vias públicas;
- ★ Implantar medidas de trânsito seguro, identificando soluções de segurança e fluidez, com limites de velocidade próprios para o ambiente urbano, buscando reduzir o número vítimas no trânsito;
- ★ Promover a manutenção permanente das vias, implantado progressivamente a pavimentação ou calçamento nos bairros sem essa infraestrutura;
- ★ Fazer a interligação de todos os modais de transportes, com a construção de bicicletários em todos os terminais.
- ★ Conclusão do Anel Viário de Goiânia, hoje paralisado na BR-060 na saída para Rio Verde, até a BR-153, ligando os bairros da região sudoeste aos bairros da região noroeste e norte, até retornar a BR-153 no Jardim Guanabara.
- ★ Continuar o processo de implantação dos corredores exclusivos para o transporte coletivo para garantir conforto e agilidade aos usuários.

- ★ Concluir o projeto de implantação das ciclovias como meio seguro para utilização da bicicleta como meio de transporte e lazer.
- ★ Finalizar as obras das Marginais Botafogo, Cascavel e a Avenida Leste-Oeste.
- ★ Iniciar e concluir a Marginal Capim Pupa, ligando o Lago das Rosas – Avenida Anhanguera a Avenida Goiás Norte.
- ★ Revitalizar e requalificar o centro de Goiânia, realizando incentivos fiscais para atrair segmentos de turismo, lazer e tecnologia. Esse processo será efetuado com a substituição das calçadas, destinação de algumas ruas apenas para o trânsito de pedestres e intervenções culturais diárias, como a realização de feiras do livro, disco, software e do carro antigo. Atrações pontuais na área de teatro, cinema e música. Estas ações coordenadas com as áreas de engenharia, cultura e desenvolvimento econômico possibilitarão a recuperação do espaço público mais democrático da cidade: o centro. Este projeto sendo efetivamente implementado, devolverá à cidade o seu glamour histórico.

Recuperação de áreas verdes, praças e parques

Essas áreas e equipamentos públicos são essenciais para garantir qualidade de vida urbana para todas as faixas etárias.

Vamos recuperar esses espaços para a cidade, reestruturando-os com a implantação de equipamentos e mobiliário urbano, jardinagem e paisagismo, de modo que possam ser utilizados para o lazer e em programações culturais e esportivas.

DESENVOLVIMENTO RURAL SOCIAL E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

Todas as pessoas que vivem no município têm direito a um desenvolvimento urbano e rural socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável e com melhor qualidade de vida.

A transição ecológica no meio rural se expressa na adoção da agroecologia, tendo como objetivo a produção de alimentos saudáveis, com redução gradativa do uso de agrotóxicos. O estímulo ao cooperativismo, o apoio técnico à agricultura familiar e as compras de produtos pelo poder público são fundamentais para um desenvolvimento socioeconômico inclusivo no campo.

Nosso programa, nessa área, é composto das seguintes diretrizes e propostas:

Desenvolvimento Agroecológico com sustentabilidade socioambiental

- ★ Estimular a agricultura familiar com princípios agroecológicos, que garantam a manutenção de variedades e cultivos locais, práticas tradicionais de manejo e desenvolvimento rural sustentável; com redução do uso de agrotóxicos;

- ★ Ampliar os espaços e as condições de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e dos agroextrativistas para o abastecimento alimentar da população, aquisições para a alimentação escolar pelo governo municipal e ampliação dos pontos de vendas de produtos em mercados municipais e em bairros da periferia (feiras, sacolões, varejões e outros);
- ★ Investir em infraestrutura e logística necessárias ao escoamento da produção alimentar e o acesso ao mercado consumidor;
- ★ Reservar áreas urbanas e periurbanas - espaço onde as atividades rurais e urbanas se misturam - ociosas para a agricultura urbana, com a produção de alimentos, mudas de espécies florestais e medicinais, priorizando a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social;
- ★ Criar mecanismos e fiscalização para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, fiscalizando também o uso e o descarte adequado das embalagens de agrotóxicos;

Autonomia econômica das mulheres das áreas rurais ou periurbanas

- ★ Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais;
- ★ Ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres dessas áreas.

QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE

A Saúde de um país acompanha o modelo de desenvolvimento pretendido para sua população, e as políticas de saúde são destaque para um processo civilizatório de garantia de direitos.

O Sistema Único de Saúde (SUS), conforme está inscrito na Constituição Federal de 1988, é a política pública mais inclusiva do país, pois atende o conjunto da população brasileira - todos têm direito ao SUS.

Defendemos o SUS e seus princípios de garantia de acesso universal - todos têm direito a atendimento; integral, desde a prevenção, ao atendimento da atenção primária, de especialistas; em todo o ciclo de vida e equitativo, quem precisar mais, terá atenção prioritária.

Somos contra o congelamento de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional 95, que reduz drasticamente os recursos do SUS. O desmonte do SUS é ainda mais cruel nesse período de pandemia e pós-pandemia. A Covid-19 escancarou as desigualdades de acesso à prevenção e aos serviços de saúde de populações e territórios vulneráveis.

Nosso programa de governo está baseado na recuperação da rede SUS do município considerando as necessidades de saúde da população e considerando a importância dos trabalhadores e das trabalhadoras de saúde.

As ações de promoção da saúde visam o enfrentamento dos determinantes e causas dos principais problemas de saúde da população de Goiânia.

As ações serão organizadas nos seguintes eixos:

1. Promoção da Saúde

- ★ Implantação de políticas voltadas para a inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade social;
- ★ Implantação de políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento saudável e a Saúde Mental na Primeira Infância, fortalecendo vínculos parentais, prevenindo violências e promovam a saúde de crianças e adolescentes;
- ★ Disponibilidade de alimentos saudáveis, seguros e de qualidade;
- ★ Promoção de espaços públicos seguros para a prática de atividade física e convivência social;
- ★ Promoção da mobilidade humana segura e sustentável;
- ★ Promoção do desenvolvimento sustentável;
- ★ Promoção da cultura de paz, dos direitos humanos e de enfrentamento das violências contra as pessoas em todos os ciclos de vida, independente de gênero, raça/cor da pele, orientação sexual, identidade de gênero;
- ★ Segurança e promoção da saúde do trabalhador da saúde;

1.1. Inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade social

As ações de enfrentamento da vulnerabilidade social de famílias em situação de exclusão social e econômica devem ser intersetoriais envolvendo a geração de emprego e renda, habitação, assistência social, educação e saúde.

As ações da saúde serão direcionadas para:

- ★ Ampliação e qualificação de equipes de saúde da família direcionadas para esses grupos populacionais;
- ★ Programa de visita domiciliar periódica por profissionais da saúde, educação e assistência social com ênfase nas famílias com crianças. O programa priorizará as famílias com crianças menores de seis anos. Os visitantes domiciliares devem criar vínculo com as famílias, identificar os problemas e articular os setores que podem apoiar as famílias na solução de problemas e satisfação de necessidades. As experiências existentes em vários locais no mundo e no Brasil mostraram eficácia dessas intervenções para a redução de conflitos familiares e redução da violência intrafamiliar;
- ★ Ações intersetoriais de educação e assistência social: ações direcionadas para a promoção de melhoria da renda dessas famílias (acesso a programas de suplementação de renda e de educação) e desenvolvimento econômico.

1.2. Promoção da alimentação saudável, segura e disponível

- ★ Estímulo à Agricultura familiar e à produção de alimentos sem agrotóxicos;
- ★ Estímulo à implantação de hortas comunitárias e árvores frutíferas e do cerrado em espaços públicos.
- ★ Estímulo e promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, incluindo nas cantinas escolares;
- ★ Fortalecimento da Vigilância Alimentar e Nutricional.

1.3. Promoção da atividade física e de e outras práticas corporais

- ★ Revitalizar espaços públicos nos bairros e entornos de equipamentos públicos como escolas, unidades de saúde e de assistência social, tais como praças e terrenos públicos ociosos. Destinar esses espaços para a prática de atividade física e outras práticas corporais e de produção de alimentos saudáveis (hortas comunitárias);
- ★ Implantação de Academias da Saúde com a presença de profissionais de educação física articuladas com a Estratégia de Saúde da Família e integradas com a educação e com a segurança pública;
- ★ Articulação com outras secretarias e órgãos: implantação de espaços seguros para a prática de atividades físicas, esportivas, como: praças, pistas de caminhadas, ciclovias, ciclofaixas;
- ★ Campanhas de divulgação dos benefícios de estilos de vida saudáveis.

1.4. Promoção da mobilidade segura e sustentável

- ★ Expandir as ciclovias e ciclofaixas para áreas periféricas de Goiânia. Criação de faixas para motocicletas nos principais corredores, criação de espaço exclusivo para motos antes dos carros e ônibus nos semáforos;
- ★ Articulação com a empresa de gestão do transporte coletivo na região metropolitana de Goiânia para a inclusão de transporte público coletivo em áreas descobertas ou com pouca frequência de ônibus;
- ★ Ações direcionadas para os motociclistas como a qualificação para a direção de motos, direção segura de motos, prevenção de acidentes, uso de equipamentos de proteção individual. Ações educativas para entregadores de aplicativos;
- ★ Priorização de ambientes seguros para pedestres (faixas pedestres elevadas e bem sinalizadas);
- ★ Manutenção da Zona 40 no Centro e redução da velocidade em pontos críticos de acidentalidade;
- ★ Campanhas de prevenção de acidentes de trânsito.

1.5. Promoção do desenvolvimento sustentável

- ★ Ações de desenvolvimento social e econômico para famílias em situação de vulnerabilidade social por meio da articulação intersetorial;
- ★ Ações educativas voltadas para redução, reutilização, reciclagem do lixo, incluindo a coleta seletiva;

- ★ Revitalização dos mananciais de água e reflorestamento com árvores do cerrado dos córregos, nascentes, bosques e praças com vistas à melhoria da qualidade do ar e redução de problemas respiratórios;
- ★ Fiscalização sobre a qualidade da água, do ar e do solo;
- ★ Reorientação das práticas de saúde no território das Unidades de Saúde, interagindo estas práticas com o meio ambiente e o envolvimento da comunidade.

1.6. Promoção da saúde em áreas de vulnerabilidade social

- ★ Ações de promoção da habitação segura e saudável, ações de ordenação urbana e territorial no espaço público;
- ★ Apoio à construção das casas e ações de apoio social na aquisição de renda por parte dos adultos dessas famílias, priorizando a centralidade da renda nas mulheres.

1.7. Promoção da Cultura de Paz, de Direitos Humanos e Enfrentamento das violências contra as pessoas em todos os ciclos da vida.

- ★ Estruturação de um programa de visitação para famílias em situação de vulnerabilidade por profissionais da saúde, educação e da assistência social. Esses profissionais devem fazer visitas mensais a essas famílias com objetivo de dar suporte social e de saúde visando a inclusão social, acompanhamento da situação familiar, fortalecimento dos vínculos parentais e da educação não violenta;
- ★ Para os adolescentes devem ser priorizadas as ações de prevenção de violência na escola e entre parceiros íntimos, coibição e intervenção sobre gangues de adolescentes e articulação com a segurança pública para evitar a convivência de adolescentes com criminosos adultos;
- ★ Implantação de programa de mediação de conflitos nos territórios, buscando uma cultura de paz e de solidariedade, com incentivo ao desarmamento das pessoas, para prevenir mortes a violência doméstica, homicídios e feminicídios;
- ★ Fortalecimento e consolidação da Rede de Atenção e Proteção às Pessoas em situação de violências;
- ★ Fortalecimento das ações de prevenção das violências nas escolas, incluindo das violências interpessoais, como das autoprovocadas (autoinflingidas);

2. Atenção à saúde

- ★ Garantia de um modelo de atenção à saúde universal, de qualidade, humanizado e resolutivo e com gestão pública seguindo os princípios do SUS.

2.1. Atenção primária à Saúde humanizada, resolutiva e de qualidade

- ★ Expandir a cobertura da Estratégia de Saúde da Família para as áreas com população vulnerável e áreas de expansão urbana recente, com destaque para as regiões Oeste, Sudoeste e Noroeste de Goiânia, que hoje concentram os maiores risco de morte infantil e de mortes violentas no município;

- ★ Qualificação e expansão dos serviços ambulatoriais para atenção especializada em unidades de saúde em cada um dos distritos sanitários;
- ★ Ampliação de serviços especializados e de leitos hospitalares para especialidades médicas, incluindo para pediatria, doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias;
- ★ Fortalecimento e ampliação da Atenção Especializada em Pediatria (secundária e terciária) com a lotação de pediatras nas unidades de saúde de maior porte (CAIS, Ciams e UPAs). Ampliação dos leitos hospitalares em pediatria;
- ★ Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (Rede de Atenção à Saúde Mental), aumentando a capacidade de atenção dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS adulto, CAPS Infantojuvenil, Caps álcool e drogas) e ampliação no número de Caps Infantojuvenil (um por Distrito Sanitário);
- ★ Expandir e qualificar o atendimento odontológico que apresenta baixa cobertura atualmente (menos de 20%). Qualificar as ações de atenção individual e coletiva para crianças e adolescentes nas escolas;
- ★ Fortalecimento e ampliação do Centro de Referência da Pessoa Idosa;
- ★ Fortalecimento das ações de saúde nas Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI) em parceria com a Assistência Social;
- ★ Implantação de um serviço de tele saúde com o suporte de especialistas nas áreas de cardiologia, endocrinologia, gastroenterologia e cirurgia geral para discussão de casos, segunda opinião e orientação de condutas dos médicos e enfermeiros das equipes de saúde da família;

3. Política Municipal de Assistência Farmacêutica

- ★ Articular a assistência farmacêutica às demais ações de saúde e assegurar acesso aos medicamentos e seu uso racional;
- ★ Garantir medicamentos de uso contínuo para os pacientes crônicos.

4. Promoção e Vigilância em Saúde

- ★ Fortalecimento das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental, nutricional e alimentar e de vigilância de saúde do trabalhador(a);
- ★ Fortalecimento da Vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis, de doenças crônicas não transmissíveis e das violências e acidentes na Secretaria Municipal de Saúde com descentralização para os Distritos Sanitários;
- ★ Integração das ações dos agentes comunitários de saúde e de controle de endemias no território;
- ★ Fortalecimento da capacidade do sistema de vigilância das respostas as emergências de saúde pública em Goiânia, com ênfase na COVID-19 com ações de aumento da equipe de Vigilância de Doenças transmissíveis;

- ★ Fortalecer a vigilância das doenças não transmissíveis, das violências e dos acidentes de trânsito e dos seus fatores de risco no município de Goiânia;
- ★ Enfrentamento ao uso do tabaco e de seus derivados com a promoção de ambientes livres de tabaco e intensificação das fiscalizações dos pontos de venda, incluindo de publicidade de tabaco e venda para menores de 18 anos;
- ★ Enfrentamento do uso abusivo de álcool e de outras drogas por meio de campanhas educativas, intensificação da fiscalização quanto à proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos e de apoio às medidas de restrição de acesso de bebidas alcoólicas;
- ★ Realização de um inquérito domiciliar morbidade e sobre fatores de risco e proteção nas áreas de residência de populações em situação de vulnerabilidade social para avaliação de fatores de risco para doenças transmissíveis e não transmissíveis e fatores ambientais no município de Goiânia;
- ★ Integrar os dados sobre acidentes de trânsito e violências do sistema de informação da segurança pública e do Instituto Médico Legal de Goiânia com as bases de dados da saúde.
- ★ **Ações de Enfrentamento da pandemia da COVID-19:**
 - Fortalecimento do COE – Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública com garantia de participação de instituições científicas, de ensino-pesquisa e do controle social;
 - Implantação de Comitê Científico de Enfrentamento ao novo Coronavírus por meio de Consórcio na Região Metropolitana de Goiana;
 - Campanhas de educação em saúde e das medidas de prevenção da COVID-19 de forma contínua, sistemática e utilizando os diversos meios de comunicação, inclusive com o envolvimento de rádios comunitárias e das lideranças locais;
 - Apoio à população mais vulnerável e das periferias, com distribuição de equipamentos de proteção individual (máscaras) e de insumos para higienização e proteção (álcool 70% , álcool gel, outros);
 - Fortalecimento de iniciativas locais de prevenção da covid-19 com envolvimento da comunidade, além de medidas de empoderamento e de geração de renda para a população de baixa renda.

5. Controle social e participação social

- ★ Fortalecimento dos Conselhos Locais de Saúde das unidades de atenção em saúde da SMS Goiânia;
- ★ Fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde;
- ★ Fortalecer a participação e controle social em todos os âmbitos do SUS municipal e valorizar o seu sistema de ouvidoria ;
- ★ Efetivar o portal da transparência e incrementar os mecanismos de comunicação com a população, promovendo a democratização e estimulando participação social;
- ★ Reforçar o papel das Conferências Municipais de Saúde na avaliação do sistema e na definição de diretrizes para a sua qualificação.

6. Qualificação da gestão pública e valorização do trabalho em saúde

- ★ Valorizar o trabalho e os trabalhadores da saúde, seus saberes e competências, adotando princípios de gestão participativa e cogestão em defesa do SUS municipal;
- ★ Institucionalizar e ampliar a política municipal de educação permanente para o SUS;
- ★ Fortalecer mecanismos de planejamento e de gestão participativa;
- ★ Manter e atualizar continuamente o Plano Municipal de Saúde e instituir seu monitoramento e avaliação;
- ★ Estabelecer gestão colegiada na direção e gerência do sistema;
- ★ Reorganizar a regulação e a auditoria do sistema municipal de saúde, efetivando a contratualização com prestadores, orientada para o acesso dos usuários;
- ★ Informatizar a rede assistencial, utilizando o cartão SUS e as tecnologias de informação e comunicação para a gestão;
- ★ Investir no processo de regionalização: pactuação com outros municípios, com vistas à organização da rede regionalizada de atenção à saúde e à possível criação de um Consórcio;
- ★ Ampliar a captação de recursos para a rede de serviços municipais, promovendo a negociação nas instâncias gestoras do SUS;
- ★ Reorientar e racionalizar, com base nas prioridades, a utilização do Fundo Municipal de Saúde, ampliando a transparência e o controle dos gastos com saúde.

Sobre o Bem Estar Animal

- ★ Criar o primeiro Banco Municipal de Ração, garantindo seis meses de ração grátis para quem adotar animais
- ★ Elaborar um Plano de implantação da política municipal de bem estar animal;
- ★ Construção de um abrigo público para animais e promover a adoção responsável;
- ★ Criar um Centro exclusivo de controle e castração animal;
- ★ Criar CASTRA MÓVEIS equipados com instrumentos e profissionais que percorrerão os bairros, realizando as castrações
- ★ Fortalecer e ampliar o Hospital Público de Animais, além de implementar a doação de ração e alimentos

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE SOCIAL

Reafirmamos nosso compromisso de NENHUMA CRIANÇA FORA DA ESCOLA e uma mobilização da sociedade para fortalecer o MOVIMENTO CIDADE EDUCADORA.

A garantia de educação de qualidade, pública, inclusiva e democrática para todos e todas é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitadas e para prática de valores humanitários. Nosso principal compromisso é com a garantia da oferta de educação para todas e todos. O Movimento Cidade Educadora será implementado em Goiânia garantindo o acesso, permanência, qualidade, inclusão e equidade.

- ★ Ampliar o número de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI's, de forma a garantir o atendimento de todas as crianças de 0 a 6 anos;
- ★ Construir Escolas e CMEI's em bairros onde existem maiores demandas de vagas, inclusive em bairros novos da capital;
- ★ Fortalecer e melhorar a estrutura física dos Centros Municipais de Apoio à Inclusão - CMAI's, bem como melhores condições de trabalho para os/as profissionais de educação desses centros, assegurando o atendimento especializado às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- ★ Assegurar a permanência dos educandos na escola com políticas de apoio, como alimentação, e materiais didáticos; incluindo também a articulação com as políticas de assistência social e de saúde; em especial nesse período pós-pandemia, que vai requerer ainda maior coordenação de ações;
- ★ Retomar o programa de distribuição gratuita de material e uniforme escolar, incluindo o tênis, para todas as crianças da Rede Municipal de Ensino;
- ★ Dar especial atenção à Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA), atendendo àqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola e não concluíram a educação básica; e, sempre que possível, articulá-la à formação profissional;
- ★ Cuidar da estrutura física das escolas e CMEI's, oferecendo ambiente adequado, acessível, confortável e seguro que favoreça o processo de ensino-aprendizagem por meio de repasses financeiros diretos para as instituições, garantindo a autonomia da comunidade escolar para definir suas prioridades;
- ★ Ampliar os espaços escolares com a construção de quadras poliesportivas;
- ★ Assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência; bem como às temáticas da diversidade e de combate a qualquer forma de discriminação; meio ambiente, segurança, saúde, trânsito, respeito aos direitos humanos, dentre outras;
- ★ Garantir financiamento específico para aquisição de materiais de informática e mídias digitais para que as instituições educacionais estejam melhores equipadas e adequadas aos atuais desafios dos profissionais e educandos;
- ★ Estabelecer parcerias com Universidades que possam contribuir com o fortalecimento da educação e da formação para o mundo do trabalho;
- ★ Garantir o atendimento educacional às crianças que estão sob a guarda/tutela do município no condomínio Nizo Prego;
- ★ Tornar o espaço da escola disponível para atividades de esporte, cultura e lazer para a comunidade escolar e a população do seu entorno, inclusive nos fins de semana;

- ★ Ampliar o atendimento nas escolas em tempo integral, bem como melhorar a sua infraestrutura e promover melhores condições de trabalho dos/as profissionais da Educação. Formação e valorização dos profissionais da educação; Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação são os protagonistas do processo de aprendizagem. Considerando esse papel central, temos o compromisso com uma política de valorização desses profissionais, que garanta boas condições de trabalho, formação permanente e remuneração digna.
- ★ Garantir Formação Continuada a todos/as os/as profissionais da Rede Municipal de Ensino, como forma de valorização e investimento na qualidade social da Educação Pública Municipal;
- ★ Reestruturar o Plano de Carreira dos Administrativos da Educação;
- ★ Considerar a tecnologia da informação e as novas linguagens de comunicação como auxiliares à formação permanente e a valorização dos educadores;
- ★ Diagnosticar, permanentemente, os anseios e necessidades de cada setor que atua na Educação, mantendo diálogo permanente com as entidades representativas destes profissionais;
- ★ Garantir celeridade nas progressões verticais e horizontais dos/as professores/as e servidores/as administrativos;
- ★ Realizar concurso público suprimindo o déficit tanto de professores/as quanto de servidores/as administrativos/as. Democratização e qualificação da gestão. É nosso compromisso implementar a gestão democrática e a participação popular na educação, com o envolvimento de toda comunidade escolar – professores/as, funcionários/as, familiares e estudantes – na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas.
- ★ Fortalecer os Conselhos Escolares (escolas) e Conselhos Gestores (CMEI), por meio de palestras, debates e formação, com vistas a efetivação da gestão democrática nas Instituições Educacionais;
- ★ Instituir o programa “Saúde e Qualidade de Vida” dos/as professores/as e dos/as funcionários/as das instituições escolares, de forma a cuidar, inclusive, da saúde mental desses/as profissionais;
- ★ Assegurar a eleição de diretores de escola de forma democrática com a participação de todos os setores da comunidade escolar;
- ★ Criação de um programa para a preparação da aposentadoria e o acompanhamento de servidores/as aposentados/as.
- ★ Cumprimento do pagamento integral do Piso Nacional Salarial

SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

A Segurança Pública é um grande desafio para o poder público, mas, sobretudo, uma grande angústia da população que se preocupa com a vida e o bem estar de sua família.

Por muito tempo entendeu-se que a responsabilidade pela Segurança Pública era somente do Estado, porém várias experiências vêm demonstrando que o município pode ter um papel fundamental na garantia de mais segurança à população. E a nossa experiência como Secretária de Defesa Social de Goiânia revela que muito uma prefeitura pode fazer, além de demonstrar que **TENHO CORAGEM PARA MUDAR!**.

Investimos na valorização da Guarda Civil Metropolitana (GCM) com Plano de Carreira, fardamento, coletes balísticos, armamento, EPs, integração com a Polícia Civil e Militar. Criamos a Academia da Guarda e participamos de cursos na UFG e em todo o Brasil. Todos tinham que participar dos cursos, pelo menos três vezes por ano, inclusive do curso de Libras. Além de aprenderem a registrar ocorrência, a manusear o sistema eletrônico e etc. E o nosso compromisso é avançar!!!

A Guarda Civil Metropolitana é protagonista e sua tarefa é ser a principal referência de política preventiva e comunitária da cidade.

Para que uma política municipal de segurança cidadã tenha êxito, seremos a principal gestora e articuladora dessa política em Goiânia! Sem isso essa política não se consolida. E ela tem que ser intersetorial, matricial e intersecretarial.

A primeira providência que tomarei, como prefeita de Goiânia, será implementar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M – criado no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do governo do Presidente Lula. O GGI-M deve integrar todas as secretarias da Prefeitura, a Secretaria de Segurança e os representantes das polícias estaduais na cidade. Para que o GGI-M tenha envergadura política, deve haver participação efetiva das secretarias das polícias, tendo a prefeita o papel de coordenadora política do GGI-M.

- ★ A primeira providência do GGI-M será diagnosticar os principais problemas cotidianos que têm afetado a atuação das polícias, da justiça e do sistema prisional de Goiânia e estabelecer um plano de ação para a solução dos mesmos. E assim será durante todo o meu mandato. A metodologia será a de solução dos problemas.

Com isso, aumenta a possibilidade de mediar conflitos e agir preventivamente. Portanto, investiremos no Programa de Mediação de Conflitos em parceria com o Poder Judiciário. Essa mediação é uma das atribuições da Guarda Civil Metropolitana, prevista na lei nº13.022/14, com o objetivo de resolver pequenos conflitos, por meio da mediação e diálogo, sem judicializar os problemas. O juiz homologa as decisões, fruto das mediações.

Além dessas tarefas, outras imensas têm que ser assumidas pela Guarda Civil Metropolitana. Para tal, precisamos da GCM unida, forte, preparada – o que a nossa Guarda Civil é! No entanto, necessitamos de um novo concurso público para efetivar uma segurança cidadã de nossos sonhos, como:

- ★ **Fortalecer a Segurança Comunitária** – reativar o Projeto “Goiânia Mais Segura” em toda a cidade – realizar uma Ronda Cidadã não só com viaturas, também a pé, de bicicleta, circulando, para que o Guarda possa ter identidade e ser reconhecido pela comunidade, aumentando a segurança.
- ★ **Implantar o Vídeo-monitoramento Integrado da Cidade**
Utilizar novas tecnologias para ampliar a sensação de segurança e inibir a violência, em parceria com a Guarda Civil Metropolitana e as polícias Civil e Militar. Instalar câmeras de segurança prioritariamente nas entradas e saídas das escolas municipais e nos grandes corredores de tráfego e em outros locais estratégicos como praças e parques.
- ★ Organizar um Centro Integrado para este monitoramento, com a participação do SAMU, Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Militar, Polícia Civil - cujo olhar investigativo ajuda muito. E buscar parceira com os municípios da Região Metropolitana.

- ★ **Gestão de Informação** – trabalhar em parceria com as secretarias municipais que agregam dados relevantes para a gestão da informação na política de segurança municipal, como é o caso da Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde. A notificação compulsória permite compreender dinâmicas de violências, como por exemplo a violência doméstica
- ★ **Fortalecer Projeto Mulher Mais Segura** – em parceria com a Secretaria de Mulheres, Ministério Público, Guarda Municipal e PM.
- ★ Criação do Centro de Referência com apoio psicológico, médico e jurídico para mulheres vítimas de violência.
- ★ **Segurança Escolar** - essa deve ser a marca da GCM, com o objetivo de garantir que escolas da Rede Municipal tenham presença fixa de Guardas Civis Metropolitanos e que eles promovam interação com a comunidade escolar e seu entorno.
- ★ **Fiscalização Orientação no trânsito** - O Trânsito é uma das principais causas de morte nas cidades. Em parceria com a Secretaria de Transporte e contando com suporte de vídeo-monitoramento, a Guarda Civil Metropolitana pode e deve realizar fiscalização e orientação no trânsito, contribuindo para diminuir os acidentes, uma das atribuições previstas na Lei Federal.
- ★ **Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança e Direitos Humanos – CONSEG** – cujo papel é o de apoio às polícias estaduais com base na filosofia da polícia comunitária. São grupos de pessoas de uma mesma comunidade que se reúnem para discutir, planejar, analisar, e acompanhar as soluções de seus problemas de segurança. São meios de estreitar a relação entre comunidade e polícia, e fazer com que estas cooperem entre si.
- ★ **Criação do Conselho Municipal de Segurança Pública** - órgão consultivo e de assessoramento da Secretaria Municipal de Segurança na proposição de políticas públicas com a finalidade de discutir, analisar e acompanhar a solução dos problemas de segurança pública de Goiânia. Sua composição será ampla, com a representação dos diversos segmentos da sociedade.

OUTRAS AÇÕES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE GOIÂNIA SÃO FUNDAMENTAIS PARA UMA SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ, COMO:

- ★ Fortalecimento e apoio aos Conselhos Tutelares
- ★ Recuperação e manutenção dos espaços públicos.
- ★ Desenvolver projetos de cultura, esporte e lazer nos bairros, envolvendo a comunidade.
- ★ Cuidar da limpeza e iluminação da cidade, podas de árvores, remoção de entulhos e etc. Ou seja, tudo que possa facilitar a insegurança do cidadão e cidadã.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: INCLUSÃO E EQUIDADE

A implementação de políticas sociais é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais e para melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nosso Programa de Governo propõe integrar políticas e ações para enfrentar a miséria e as desigualdades e assegurar e ampliar os direitos sociais de forma universal.

Proteção Social

Entendemos que as políticas públicas devem ser compreendidas como direitos do cidadão, não como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, frequentemente é tratada com essa visão. Por isso, vamos:

- ★ Consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fortalecendo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS);
- ★ Ampliar e qualificar a rede de proteção social e prevenção aos segmentos vulneráveis - baixa renda, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população em situação de rua, articulando esses serviços em rede, integrando com outras políticas públicas como saúde, educação e emprego e renda;

Os efeitos da pandemia da COVID-19 aprofundaram a crise econômica que já afetava o país. A redução e o fim do auxílio emergencial provocará a perda da única renda de milhões de famílias no país e terá impacto em nosso município.

No nosso governo, vamos assegurar condições de sobrevivência a essas famílias da nossa cidade, seja com ações de segurança alimentar, seja com a articulação das diversas políticas públicas municipais capazes de cuidar das pessoas mais vulneráveis. Daremos atenção especial às ações que favoreçam a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade.

Segurança Alimentar

Com o agravamento da crise econômica a fome voltará a atingir um contingente considerável de famílias. Por essa razão, nosso governo desenvolverá ações de segurança alimentar para minimizar esse efeito.

- ★ Resgatar o Restaurante Popular, implantado pelo ex-prefeito Pedro Wilson, mas desmantelado pela gestão atual, para assegurar o direito de acesso a refeições saudáveis;
- ★ Construir rede de apoio à cooperativas de agricultura familiar e orgânica e adquirir produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar e para distribuição às famílias vulneráveis;
- ★ Ciar o Banco de Alimentos, estimulando a parceria com o setor privado na captação de alimentos, redistribuindo-os para as populações vulneráveis;
- ★ Incentivar a criação de hortas comunitárias, inclusive em terras públicas, com objetivo de realizar geração de renda no território;
- ★ Fomentar atividades de educação alimentar e nutricional, promovendo campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade;

Políticas para Crianças e Adolescentes

Estabelecer políticas específicas para as crianças e adolescentes, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, voltadas à erradicação do trabalho infantil, o combate à violência contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual.

- ★ Consolidar a rede intersetorial de proteção e prevenção, com atendimento especializado para as vítimas de violência;
- ★ Fortalecer serviço de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil;
- ★ Estimular vínculos de convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em territórios de alta vulnerabilidade social;
- ★ Fortalecer os Conselhos Tutelares.

Políticas públicas para pessoas idosas.

É importante compreender que a pessoa idosa, com o devido respeito e cuidados necessários, são cidadãs que podem continuar perfeitamente produzindo ideias, inteligências, atividades intelectuais e outras que preferir. O sistema no qual vivemos e o desgoverno atual tentam impor uma fragilidade e uma inoperância, apenas para justificar as parcas políticas públicas para o setor, a ponto de autoridade do governo federal como Solange Vieira, Superintendente de Seguros Privados (SUSEP), assessora do Ministro Guedes, afirmar sobre o coronavírus: “É bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso déficit previdenciário”, conforme o Jornal Estadão de 28.05.2020. A falta de humanidade escancarada já não é mais novidade no governo, infelizmente.

Porém, há importantes marcos legais, como o Estatuto do Idoso, criado pela Lei 10.741, em 1º de outubro de 2003, pelo Presidente Lula, quando o Brasil tinha 15 milhões de idosos, número que avança. Somente de 2012 para 2018, o índice de pessoas com mais de 65 anos de idade cresceu 26%, segundo dados da pesquisa “Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores 2018”, do IBGE.

O Estatuto trouxe, de forma inédita, princípios da proteção integral e da prioridade absoluta às pessoas com mais de 60 anos e regulou direitos específicos para essa população.

O Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa – CNDI foi reestruturado pelo Decreto nº 5.109/2004, ampliando a participação da sociedade e de ministérios responsáveis por políticas públicas estruturantes afetas a temática do envelhecimento, de forma transversal e integral;

A Lei 12.213, de 20 de janeiro de 2010, instituiu o FUNDO NACIONAL DO IDOSO e autoriza deduzir do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas até 6% e pessoas jurídicas até 1% do lucro real ou presumido no ajuste anual do Imposto de Renda. Os estados e municípios ficam autorizados a constituir seus respectivos fundos para arrecadação e aplicação dos recursos nas políticas públicas voltadas para o segmento das pessoas idosas.

No entanto, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, “teto dos gastos”, os recursos arrecadados pelos fundos na esfera do governo federal, foram contingenciados e sua execução orçamentária ficou prejudicada.

Além disso, em 2019, o Decreto 9.893, de 27 de junho, de Jair Bolsonaro, feriu flagrantemente a Constituição Federal, aniquilando a atuação do Conselho de Direito e de Políticas Públicas, órgão de controle e participação social.

Em Goiânia, mesmo com dados antigos observamos que o número de pessoas idosas avança de forma expressiva. Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, de 1980 até 2012 o número de idosos quadruplicou em Goiânia, passando de 28,6 mil para 127,7 mil. E segundo o Censo de 2010, o percentual de pessoas com mais de 69 anos em Goiânia passou de 2,8% em 2000, para 4,2%.

Portanto, nosso governo não envidará esforços para promover ações que valorizem a pessoa idosa e sensibilizem as famílias e a sociedade quanto às suas necessidades e direitos, visando a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

- ★ Vamos transformar Goiânia na CIDADE AMIGA DAS PESSOAS IDOSAS, fazendo parcerias com a Organização Pan-americana de Saúde – OPAS, que apoia programas dessa natureza. Os requisitos que o programa relaciona já existem: estrutura de parques públicos, equipamentos coletivos (escolas, unidades básicas de saúde, CRAS, CAPS e espaços culturais). A proposta é aproveitar de forma eficaz, otimizando e expandindo com ações transversais, Inter geracionais e participativas.
- ★ Construiremos um Programa Habitacional com o objetivo promover o acesso da pessoa idosa, que receba até uma determinada quantia, à moradia digna, com equipamentos para a convivência social e lazer, constituindo-se em Política de Estado, a ser implementada de acordo com as diretrizes da Política Estadual para a Pessoa Idosa e em conformidade com o Estatuto do Idoso. As unidades habitacionais seguirão as normas de acessibilidade, além de serem dotadas com assistência à saúde, Centro de vivências, praça com academia ao ar livre, horta comunitária, entre outros.
- ★ Serão fortalecidas as atividades socioeducativas e outras ações voltadas ao convívio familiar e comunitário;
- ★ Ofereceremos formação digital, ampliando o acesso às novas tecnologias;
- ★ Desenvolveremos ações que qualifiquem as instituições de longa permanência e de formação dos profissionais que cuidam de idosos.
- ★ Estabelecer a isenção do IPTU para pessoas idosas conforme já consta na Lei Federal n. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso

Políticas para Pessoas com Deficiência

Ampliar o acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas, garantindo a inclusão e o exercício de seus direitos.

- ★ Articular e propiciar a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência nas diversas políticas públicas e privadas e o direito de usufruir de todos os bens públicos da cidade;
- ★ Fomentar programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário;
- ★ Ampliar o acesso às novas tecnologias e a capacitações que ampliem as oportunidades de emprego e renda;
- ★ Desenvolver ações que qualifiquem as instituições e formação dos profissionais que cuidam de pessoas com deficiência.

População em Situação de Rua

O governo do PT irá fortalecer a rede de proteção social às pessoas em situação de rua.

- ★ Realizar censo da população em situação de rua para caracterizar essa população na cidade;

- ★ Criar abrigos com acessibilidade para mulheres e para homens com atendimento de alimentação, saúde, higiene e pernoite;
- ★ Assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades e para a qualificação profissional, que propiciem a construção de um novo projeto de vida a essas pessoas, que incluam moradia coletiva com outras pessoas egressas dessa situação;
- ★ Garantir às pessoas em situação de rua oportunidade de trabalho, como a inclusão de cota nos contratos terceirizados da prefeitura de mão de obra não qualificada, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

IGUALDADE E GARANTIA DE DIREITOS

A sociedade brasileira é muito diversa e nossa cidade não é diferente. O reconhecimento das múltiplas diferenças, inclusive de capacidades, que resultam em profundos processos de discriminação e que dão suporte e aprofundam as desigualdades, serão enfrentados no governo do PT.

Propomos políticas públicas concretas que protejam essas pessoas, dando oportunidades para uma vida plena. Essas políticas terão como característica comum enfrentar as várias dimensões da desigualdade que elas vivem. Além disso, realizaremos campanhas que incentivem a sociedade a combater as situações que promovem o preconceito, a discriminação e a exclusão social de qualquer natureza.

Políticas para Mulheres

Vivemos tempos de intensificação dos ataques às vidas e aos direitos das mulheres. No governo do PT, as políticas públicas estarão presentes, com olhar articulado, em todas as áreas de governo, que propiciem:

- ★ Implantar políticas geradoras de autonomia econômica - capacitação profissional, geração de emprego e renda para mulheres; ampliação de vagas em creche pública;
- ★ Fortalecer a rede de proteção e combate à violência contra a mulher, promovendo a assistência integral àquelas que sofreram violência doméstica e sexual e às meninas que sofreram abuso sexual;
- ★ Capacitar de forma contínua os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do SUAS, da Educação para maior proteção das mulheres de todas as idades;
- ★ Fortalecer as ações de atenção à saúde integral da mulher, com atendimento humanizado, em todas as fases de seu ciclo de vida;
- ★ Fortalecer os conselhos de políticas para as mulheres e estimular e apoiar a sua auto-organização, contribuindo com sua luta por direitos.

Políticas de Combate ao Racismo

O racismo estrutural presente na sociedade brasileira é inadmissível e precisa ser firmemente combatido. Por essa razão, o governo do PT promoverá políticas transversais de promoção da igualdade racial e de oportunidades, inclusive as voltadas à prevenção da violência contra a juventude negra, com programas que reduzam sua mortalidade e encarceramento.

Vivemos em um país de extremamente desigual em todos os aspectos, cujo modelo tem origem na colonização e na escravização de seres humanos trazidos do continente africano. Mesmo após a abolição oficial do sistema escravagista as práticas racistas se mantiveram e adaptaram-se às mudanças no tempo, o que está plenamente demonstrado por pesquisas e estudos de universidades e instituições. A renda, a escolaridade, o acesso à saúde, o acesso ao judiciário, o acesso à universidade, a violência e extermínio do Povo Negro, são indicadores evidentes e causam atraso ao conjunto da sociedade. Neste sentido o combate ao Racismo e a construção de narrativas e práticas antirracistas são fundamentais para a construção da democracia real.

O nosso grande desafio é desenvolver um conjunto de ações transversais de Combate ao Racismo tendo como foco políticas públicas que garantam a promoção e proteção da população negra e a ampliação de oportunidades, acessos e permanência dessas políticas voltadas à redução das desigualdades oriundas do racismo estrutural. Buscando garantir os direitos humanos a todos e a todas em nossa cidade.

- ★ Fortalecer as ações de atenção integral à saúde da população negra, com ênfase acerca das especificidades dessa população e das doenças físicas e mentais decorrentes do racismo;
- ★ Desenvolver políticas públicas geradoras de oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas, como as cotas para pessoas negras e oriundas da Escola Pública em concursos municipais do Legislativo e Executivo;
- ★ Geração de emprego e renda a partir da contratação de jovens negros para o quadro de agentes/guias turísticos, estagiários e quadros das diversas secretarias municipais;
- ★ Implementar programas de empreendedorismo;
- ★ Incluir no currículo da Rede de Ensino Municipal a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme estabelece a Lei 10.639/03 (modificou a LDB), tendo em vista a formação antirracista e a valorização da Matriz Cultural Africana e sua importância para a formação da sociedade brasileira;
- ★ Desenvolver campanhas contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana;
- ★ Identificação e escuta das Comunidades Tradicionais no município com vistas ao desenvolvimento de Projetos nas áreas de Educação, saúde, cultura, assistência social e trabalho;
- ★ Orçamento participativo com foco no atendimento às populações periféricas, seu bem-estar, sua cultura e potencial humano;
- ★ Inclusão do aspecto raça/cor em todos os formulários e coletas de dados do município nas diversas áreas;
- ★ Instituir no âmbito municipal a Semana da Cultura Popular e Consciência Negra;
- ★ Criar e fortalecer o Fórum das Minorias e População de Rua;
- ★ Criar e/ou fortalecer o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- ★ Criação do Programa de Renda Básica Municipal para famílias na linha da pobreza.

Políticas para a comunidade LGBTIQ+

Para que o respeito e o reconhecimento das identidades de gênero e suas expressões, além da livre orientação sexual se tornem realidade, será necessário:

- ★ Garantir a inclusão, respeito e permanência dessa população nas escolas com formação continuada dos profissionais que atuam na área, desde a portaria até a sala de aula; permitindo a adoção do nome social.
- ★ Promover a saúde integral da população LGBTQI+, inclusive saúde mental, com prevenção ao suicídio, sobretudo à juventude.
- ★ Adotar programas de qualificação profissional e geração de emprego e renda para fazer frente à discriminação.
- ★ Criar espaços para acolher a população LGBTQI+ expulsa de casa pelas famílias ou vítimas de violência e discriminação.

Políticas para Juventude

Asseguraremos os direitos específicos da juventude, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Juventude, inclusive com uma política de segurança cidadã que não encare a juventude como inimiga.

- ★ Promover políticas de formação e inclusão do jovem na vida social, política e no mercado de trabalho;
- ★ Desenvolver ações de educação sexual junto aos jovens e seus familiares, visando a prevenção da gravidez precoce e indesejada e da AIDS/DST;
- ★ Ampliar, qualificar e descentralizar atividades culturais, de esporte e lazer;
- ★ Promover a qualificação profissional e para a gestão de empreendimentos destinados à juventude;
- ★ Criação do Programa Cidadão do Futuro visando à promoção da cidadania, a permanência na escola, e a qualificação para o mercado de trabalho – principalmente para o 1º emprego – em parceria com o setor produtivo.

CULTURA PARA TODOS

A cultura é elemento formador da identidade e autoestima de um povo.

Executaremos uma Política de Cultura como direito básico do cidadão, que afirme o patrimônio histórico e a presença de todas as expressões culturais da cidade; entendendo que além de um direito social, a cultura é fator importante de desenvolvimento econômico e gerador de emprego e renda.

A democratização do acesso aos bens culturais será um vetor de combate às desigualdades. No nosso governo, os bairros periféricos vão receber atenção redobrada no estabelecimento das políticas de cultura.

Incentivaremos as atividades culturais e suas interfaces com a educação, o turismo, o meio ambiente, a saúde e o esporte e o lazer, criando e executando projetos envolvendo várias secretarias, entendendo a cultura como um tema transversal.

Nosso programa de governo para a cultura é composto das diretrizes e propostas a seguir:

Instituição do Sistema Municipal de Cultura

- ★ Considerar a diversidade local e respeitar as expressões, manifestações e segmentos: culturas populares, de povos tradicionais, de matriz africana e indígenas;
- ★ Fortalecer o Fundo Municipal de Cultura dotando recursos próprios, com realização de editais periódicos e fortalecer o Conselho de Políticas Culturais;
- ★ Elaboração de um Plano Municipal de Cultura com metas e participação social;
- ★ Realizar, periodicamente, a Conferência Municipal de Cultura;
- ★ Realizar o Cadastro Cultural da Cidade com artistas, trabalhadores da cultura, gestores culturais, produtores, grupos culturais, povos e comunidades tradicionais;

Equipamentos culturais

- ★ Estruturar um sistema de equipamentos culturais públicos e privados incentivando a criação e manutenção de cinemas, teatros, museus, bibliotecas e centros culturais, possibilitando a exibição, a fruição e a produção de bens culturais;
- ★ Desenvolver calendário contínuo de ações nas diversas linguagens artísticas e manifestações culturais por meio de festivais, mostras, festas, feiras, programas musicais e exposições, a partir da interlocução com os produtores locais;
- ★ Recuperar e criar Pontos de Cultura integrados em rede;
- ★ Tornar as escolas espaços de fruição e formação em Arte e Cultura;

Patrimônio Arquitetônico

- ★ Preservar o patrimônio arquitetônico da cidade, com tombamento de prédios, incentivo à ocupação planejada para a preservação do acervo e da memória;
- ★ Consolidar o corredor cultural da cidade, contribuindo para o turismo cultural e geração de novas oportunidades de emprego e renda.

Festas Populares

- ★ Valorizar os festejos populares e os artistas locais, propiciando a descentralização dos eventos culturais e a criação de polos espalhados pelos bairros da cidade.

ESPORTE E LAZER ACESSÍVEL A TODOS E TODAS

O governo do PT garantirá o direito ao acesso da população, de todas as idades, ao esporte e lazer em seus bairros e comunidades, onde as escolas municipais terão um papel fundamental.

Daremos uma atenção especial à utilização dos espaços públicos, praças e logradouros para a prática do esporte e do lazer. Estimularemos os momentos de convívio entre gerações, com jogos e outras práticas coletivas. Atenderemos também demandas de skatistas, ciclistas entre outros, para implantação de estruturas adequadas às suas práticas esportivas.

Essas propostas serão desenvolvidas a partir de uma gestão democrática e participativa, procurando resgatar e preservar a memória do esporte como uma das bases da construção da identidade local e popular.

Nosso programa para esporte e lazer é composto das seguintes diretrizes e propostas:

Instituição do Sistema Municipal de Esportes e Lazer

- ★ Construir o Sistema Municipal de Esportes e Lazer para implementar uma política pública participativa e popular com controle social, sob a supervisão do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;
- ★ Realizar a Conferência Municipal de Esporte e Lazer.

Equipamentos e Recursos humanos

- ★ Promover a construção, a melhoria e ampliação dos equipamentos e espaços públicos de esporte e lazer;
- ★ Construir equipamentos comunitários modulares, que contemplem as diversas manifestações artísticas, culturais e esportivas em um mesmo espaço público;
- ★ Capacitar gestores, técnicos e lideranças esportivas comunitárias.

Lazer nos espaços públicos

- ★ Desenvolver animação artístico-cultural e esportiva nos espaços públicos voltados para o lazer: praças públicas, os equipamentos esportivos e escolas;
- ★ Implantar políticas públicas inclusivas, explorando a diversidade esportiva em atividades voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, adultos, pessoas idosas e pessoas com deficiência;
- ★ Resgatar o Programa de atendimento, por professores (as) de educação física, nos Parques, ampliando para um Programa de Orientação de Atividades Físicas nas praças da cidade e nos espaços onde a população realiza atividades.

Eventos esportivos

- ★ Dialogar com as federações esportivas, visando contribuir com a captação de eventos esportivos locais, regionais e nacionais, na perspectiva de fortalecer a prática esportiva da nossa população, inclusive no paradesporto;
- ★ Fortalecer os Centros Esportivos Comunitários, com apoio aos eventos esportivos nos bairros, estimulando a prática esportiva, conforme a demanda da comunidade;
- ★ Ampliar as ações de escolinhas esportivas nos bairros, qualificando os técnicos e apoiando-os com materiais esportivos adequados.

Esportes da escola

- ★ Aprimorar as aulas de educação física nas escolas, melhorando a infraestrutura e qualificando o corpo docente para ações educativas, tendo o esporte como um vetor de fortalecimento da cidadania;
- ★ Voltar a realizar os Jogos Escolares, inclusive nas modalidades paradesportivas, organizando Campeonato ou Festival, envolvendo todas as escolas municipais.

Atenção ao (à) professor(a) de educação física e ao(a) funcionário público municipal

- ★ Restabelecer o funcionamento do Clube do Povo.
- ★ Restabelecer o funcionamento da Academia do/a Funcionário/a, no Paço Municipal

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TRANSPARÊNCIA

Nosso Programa de Governo considera fundamental compartilhar o exercício do governo com a população. A realização desta concepção de governo é a maneira mais concreta de construir a prática da cidadania ativa e de aprofundar a cultura democrática no plano municipal.

Essa concepção torna-se ainda mais importante tendo em vista os ataques que a democracia do nosso país tem sofrido por parte de lideranças autoritárias, que defendem retrocessos inaceitáveis nas políticas sociais, nos direitos humanos, previdenciários e trabalhistas. A extinção de Conselhos Participativos ligados às políticas públicas, em decreto de abril de 2019, desmontou os canais de participação da sociedade e dificultou ainda mais a transparência e o acesso aos dados públicos.

É nesse cenário de resistência e enfrentamento, que reafirmamos a importância da participação cidadã vir acompanhada de mecanismos de controle social da gestão pública, construindo uma gestão pública democrática, onde os diferentes interesses poderão se expressar em igualdade de condições, resultando no debate de ideias e na negociação de propostas; evitando os privilégios de poucos em detrimento dos interesses da maioria da população.

Para tanto, propomos as seguintes diretrizes e ações:

Participação Cidadã na destinação dos recursos públicos

Criaremos mecanismos, inclusive virtuais, que possibilitem uma verdadeira participação cidadã na discussão de destinação dos recursos públicos, fundamental, principalmente nessa conjuntura de crise econômica e permitirá que o governo identifique com clareza as prioridades para aplicar os escassos recursos de forma mais sintonizada com as necessidades da população;

Poderemos lançar mão, permanentemente de assembleias digitais, lives com a prefeita e com seu secretariado, além de outros mecanismos.

Em 2021, o Plano Plurianual, que define as prioridades para os 4 anos de governo, será elaborado de forma participativa. Essas prioridades orientarão as futuras discussões do nosso orçamento. Será constituído o Conselho, com representantes eleitos, responsável por fazer o acompanhamento da execução das demandas incorporadas ao Orçamento de cada ano.

Nosso governo tem o compromisso com a participação da população na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas específicas, como na gestão dos equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde etc.). Assim, propomos as seguintes ações:

- ★ Consolidar os Conselhos e Fóruns existentes e criar novos, estabelecendo condições adequadas ao seu funcionamento e garantindo diversidade e legitimidade das representações;
- ★ Estimular a participação dos diversos segmentos da cidade nos conselhos gestores de políticas públicas, com especial atenção aos usuários dos serviços e equipamentos públicos.

Condições adequadas para o exercício da Participação Cidadã

O exercício de participação precisa garantir igualdade de condições entre os participantes e o governo municipal. Nosso governo irá:

- ★ Utilizar recursos, técnicas e metodologias que possibilitem e facilitem o entendimento, a comunicação e a expressão de ideias;
- ★ Fornecer informações apresentadas de forma clara, com recursos de visualização e outras estratégias capazes de tornar a participação do cidadão o mais fundamentada possível;
- ★ Realizar atividades de formação para os conselheiros sobre as políticas públicas, o funcionamento da gestão, o papel dos canais de participação, na perspectiva de fortalecer sua atuação.

Novas tecnologias de informação e comunicação na Participação Cidadã

O envolvimento da sociedade será facilitado com ferramentas digitais, possibilitando a ampliação dos temas a serem debatidos como, por exemplo, o tipo de uso de uma nova praça, a programação de uma festa tradicional ou a opinião sobre diferentes temas.

Vamos incorporar ESPAÇOS DIGITAIS com internet de qualidade, para permitir, entre outras coisas, que façamos amplos debates com a população, usando ferramentas de software livre em plataformas e aplicativos virtuais que irão discutir desde o Plano Diretor, orçamento, aos demais temas de interesse da população. É preciso avançar na construção de plataformas públicas e garantir acessibilidade para toda a população.

Essa prática de Governo Aberto, será importante porque, além de gerar uma cidade mais sintonizada com as expectativas da população, também estimulará o sentido de pertencimento das pessoas, propiciando o uso mais responsável dos equipamentos e serviços públicos.

Assim, Goiânia entrará para rol de CIDADES Inteligentes (digital, sustentável, criativa, participativa, solidária, com obras realizadas não apenas no fim do mandato, etc.)

Outro salto de qualidade será a indução de VALORES E PRÁTICAS DE CIDADANIA, pois não basta garantir a participação da comunidade, é preciso investir em uma sociedade mais solidária; é preciso tornar as pessoas mais comprometidas com o interesse comum, capazes de se envolver em ações coletivas e solidárias e que percebam o valor da política.

GESTÃO ÉTICA E EFICIENTE

Perseguiremos durante todo o mandato dois objetivos centrais: tornar a prefeitura capaz de prestar mais e melhores serviços de qualidade à população e introduzir maior transparência à ação governamental.

Estes objetivos exigirão o fortalecimento da capacidade da Prefeitura para cumprir suas funções, mas também para garantir a igualdade de acesso de qualquer munícipe aos serviços e ao aprimoramento dos mecanismos de transparência governamental.

Adotaremos uma nova forma de organizar a ação da Prefeitura, tornando-a mais moderna, inovadora, eficiente e responsável. Este novo modelo de gestão se estruturará a partir das diretrizes a seguir.

Gestão ética e transparente

Durante todo o governo, seremos firmes no combate à corrupção e à impunidade, com o fortalecimento dos mecanismos de controle, enfrentando esses maus hábitos tão arraigados na cultura política brasileira.

Adotaremos também os mais variados canais e instrumentos de transparência para prestar contas da ação de governo. Ampliaremos também o acesso aos dados públicos, sempre que possível, em formatos abertos, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI)

Fortalecer a capacidade institucional e gerencial da Prefeitura

Realizaremos uma inversão de prioridades, atendendo prioritariamente territórios e populações vulneráveis com ampliação dos serviços e de obras por toda a cidade. Assim, será necessário dotar a prefeitura de melhores condições para realizar todas essas atividades.

Para alcançarmos bons resultados, os servidores públicos são essenciais. Criaremos um ambiente de respeito e confiança, garantindo seu engajamento aos objetivos do governo. O diálogo com as entidades sindicais dos servidores será democrático e transparente, com a instituição da Mesa de Negociação Permanente.

A elaboração e a execução das políticas públicas será feita de forma integrada entre as diversas áreas de governo, superando a tradicional fragmentação das ações. Além disso, essa atuação coordenada deverá se estender aos diferentes territórios da cidade, considerando suas necessidades específicas.

Realizaremos parcerias com diferentes agentes. Com as universidades para ampliar a capacidade técnica da prefeitura e dos servidores e até mesmo na execução de políticas; com o setor privado, por meio de concessões ou PPPs, garantindo uma regulação rigorosa sobre a qualidade dos serviços prestados.

Aproveitaremos o potencial de parcerias com outros municípios, através dos consórcios públicos, para prestação conjunta de serviços, compras comuns e promoção do desenvolvimento regional.

Gestão inovadora

Tornaremos o cidadão e a cidadã o foco central de nossa atividade, com investimentos no aperfeiçoamento das atividades com maior impacto na prestação de serviços como, por exemplo, o atendimento presencial e na Internet. Avançaremos para um Governo Digital com a adoção de tecnologias na prestação de serviços.

Além disso, usaremos os dados disponíveis para melhorar os serviços e economizar recursos. Adotaremos iniciativas na linha das Cidades Inteligentes, sempre que houver benefícios para a população, em áreas como iluminação pública, coleta inteligente de lixo, sistemas integrados de dados em transporte e segurança, centros de inteligência e inovação municipal.

- ★ Investimentos na modernização da infraestrutura de Redes, instalando os quilômetros necessários de Fibra ótica e modernização de um Data Center. Essa melhoria na infraestrutura de dados é fundamental para comportar todos os serviços a serem implementados para Goiânia tornar-se uma Cidade inteligente, criativa, humana, solidária e sustentável.
- ★ Assim, contaremos com a melhoria da Rede nas escolas, hospitais, secretarias e prédios públicos;
- ★ Instalaremos Câmaras Inteligentes - ampliação no vídeo monitoramento e utilização de software inteligentes, o que provocará um impacto na segurança pública e mobilidade urbana;
- ★ Investiremos em uma iluminação pública inteligente;
- ★ Estabeleceremos um gestão inteligente, modernizando o sistema de gestão integrada.
- ★ Ampliaremos a Inclusão Digital, possibilitando acesso a serviços públicos online; acesso aos serviços sociais da prefeitura; acesso a redes sociais; praças digitais.

Buscar permanentemente a qualidade da despesa pública

Esse compromisso será um princípio fundamental, ainda mais nesse momento de aprofundamento da crise econômica e social, que levará ainda mais pessoas a depender dos serviços públicos. Faremos um monitoramento cuidadoso de todas as despesas, sejam os grandes montantes, como a folha de pagamento, sejam as despesas de manutenção, como água, energia, telefonia, entre outras.

Serão adotadas iniciativas sustentáveis como a reciclagem de materiais, o reuso de água e o uso de energia solar nos edifícios públicos.

Usaremos o poder de compra da prefeitura, adquirindo produtos e serviços de melhor qualidade, sustentáveis e por menor preço e, quando possível, incentivando as empresas locais, especialmente as pequenas resultando geração de emprego e renda em nosso município.

Uma das propostas importantes do nosso governo é a promoção da inovação em todas as áreas (educação, saúde, assistência social, entre outras) do governo municipal. O governo incentivará a inovação por meio de, por exemplo, concursos de boas práticas em gestão e atendimento ao público. Isto tornará a prefeitura uma organização moderna, em suas estruturas e processos administrativos, capaz de atender adequadamente as demandas da população.

Sabemos que o orçamento municipal, hoje, não é suficiente para custear todas as entregas de serviços públicos à população, mas se o governo investir em criatividade e inovação por meio da promoção da participação ativa e permanente do povo, seremos capazes de reverter o quadro atual.

Podemos fazer mais se inovarmos, não somente nas áreas de planejamento, orçamento, tecnologia, estruturas, processos, mas também na gestão de pessoas. Os profissionais que trabalham para a prefeitura são também fonte de criatividade e inovação. São eles que podem desenvolver inovações (como boas práticas) na entrega de serviços, pois estão na linha de frente para atender a população. Neste ponto, uma boa prática pode ser a coprodução de serviços públicos, ou seja, produzir e entregar serviços, juntando o conhecimento da comunidade e o conhecimento dos servidores.

CONCLUSÃO

O Eixo articulador de nossas ideias e os demais eixos estratégicos, assim como os anexos, que apresento agora são as bases para discussão de nossas propostas que comporão o Plano de Governo. Pretendo que seja o farol das políticas que serão implementadas sob a minha liderança, à frente da gestão municipal de Goiânia a partir de 2021.

Lembro que este Plano se consolidará por meio de um amplo e permanente debate com a sociedade de Goiânia durante toda a campanha eleitoral, que será realizado presencialmente, se a pandemia permitir, ou virtualmente das mais diferentes formas, inclusive por meio de nossa plataforma virtual, a “Fala Goiânia”, www.falagoiania.com.br.

Todas as propostas, as apresentadas hoje e as demais que virão, serão sistematizadas e analisadas e, após, comporão nosso Banco de Projetos Estratégicos a serem desenvolvidos durante a gestão 2021-2024.

DELEGADA ADRIANA ACCORSI
Candidata à Prefeita de Goiânia

PLANO DE GOVERNO PARA GOIÂNIA – 2021/2024

PREFEITA
**DELEGADA ADRIANA
ACCORSI – PT**
VICE-PREFEITO **PEDRO WILSON**

CORAGEM PARA MUDAR - ANEXO

- 1- Meio ambiente
- 2- Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda
- 3- Mobilidade Urbana
- 4- Educação
- 5- Assistência Social
- 6- Mulheres
- 7- Cultura
- 8- Gestão e Finanças
- 9- Respeitos aos/às Servidores/as Públicos/as

1. MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS:

- ★ Desenvolvimento Sustentável compreende a agregação dos componentes econômicos, sociais e ambientais e não se pode desconsiderar o componente cultural;
- ★ Sustentabilidade urbana: compreensão de possibilidades futuras dentro de um conceito de desenvolvimento e identidade, focando na inclusão social;
- ★ Implementar o Plano Diretor que regule o uso do solo e alavanche projetos que garantam a sustentabilidade;
- ★ Importante o chefe executivo lutar pela aprovação do Projeto de Lei Complementar do Plano Diretor 023/2019;
- ★ Duas tendências contemporâneas: padrões internacionais e alternativas ligadas ao marketing da cidade;
- ★ Inovar e rever o modo de gestão do município, tendo como fundamento o planejamento participativo e a descentralização administrativa (Plano diretor com participação popular);
- ★ Criação de conselhos regionais com participação popular e dos representantes de bairros para eleger as prioridades para cada região;
- ★ Tratar a sustentabilidade operacionalizando o Projeto Macambira- Anicuns;
- ★ Reapropriação e revitalização do centro – reestruturação de praças, da Av. Goiás;
- ★ Recuperação da art decô, no centro da cidade (mudar, modernizar sem perda da identidade);
- ★ O direito ao meio ambiente passa também pelo cuidado e acesso aos parques, praças, áreas verdes pelas as pessoas da periferia de Goiânia.
- ★ Política de gestão de resíduos sólidos: separação e destinação adequada do lixo reciclável e orgânico, podendo se tornar matéria prima para formação de hortas e agroflorestas urbanas, diminuindo significativamente o volume de rejeitos.
- ★ Criar Eco Pontos – a situação dos catadores é insustentável;
- ★ Elaborar um diagnóstico do município que compatibilize a visão técnica com a comunitária;
- ★ Incentivar ações que liberem baixo carbono;
- ★ Monitorar a poluição;
- ★ Incentivar ações agroecológicas e hortas comunitárias– Cooperativas, agricultura urbana;
- ★ Valorizar bairros e o desenvolvimento local;
- ★ Aplicação de IPTU progressivo - ocupar espaços vazios;

- ★ Integrar os 40 parques existentes dentro da cidade de Goiânia à vida dos habitantes ao seu entorno;
- ★ Recuperar os 86 cursos de água de Goiânia, entre ribeirões, córregos, rios;
- ★ Implementação de um novo eixo urbano;
- ★ Implantar unidades de conservação, principalmente nas regiões rurais;
- ★ Transformar o eixo Anhanguera em um local mais viável para moradia;
- ★ Criação de Polos de Desenvolvimento e Micro Polos – ao longo do BRT, dezenas de espaços podem ser criados, como o lazer, comércio, com políticas públicas;
- ★ Regularização fundiária;
- ★ Cumprir a Agenda 21;
- ★ Compatibilizar o direito ambiental com a segurança alimentar.
- ★ Construir reservatórios de captação de água da chuva nas regiões mais periféricas em prol da melhoria do ar da região;
- ★ Utilizar nas áreas públicas as águas da chuva
- ★ Estimular os condomínios a usar as águas cinza ou águas de reuso para a limpeza das áreas comuns, bem como a educarem os condôminos para a reutilização das águas cinza;
- ★ É necessário ter um olhar atento à transversalidade das políticas ambientais na cidade;
- ★ Uso das bacias hidrográficas: projeto desenvolvido no parque Botafogo;
- ★ Ribeirão Anicuns - necessidade de fiscalização.
- ★ É necessário apontar os feitos pelo PT na cidade.
- ★ Valorizar a indústria de software;
- ★ Resgatar os nomes das nascentes e córregos;
- ★ Criar os Jardins de chuva;
- ★ Incentivar as novas construções a garantirem instrumentos de captação das águas das chuvas;
- ★ Pensar Goiânia de forma integrada, conectando os serviços de água, esgoto, lixo, combate aos alagamentos, enxurradas, inundações, deslizamentos, arborização e conforto ambiental na direção da sustentabilidade;
- ★ Defender o projeto Cúria (região sul)
- ★ Atentar para a melhoria e urbanização da Região Norte.

- ★ Dialogar com a sociedade, inclusive com a Federação das Indústrias de Goiás – FIEG e atuar junto à Câmara Municipal para instituir a Política Municipal de Estímulo à Utilização de Energia Renovável, Sustentável e Limpa, com o objetivo de estimular a cadeia produtiva a utilizar fontes de energia renováveis, sustentáveis e limpas, como energia solar, hídrica e biomassa; aumentar a capacidade de geração dessas energias; preservar o meio ambiente para as futuras gerações. Essa política deve instituir incentivos relativos ao ICMS incidentes na comercialização dos equipamentos necessários à implantação das fontes dessas energias, além de criar um Fundo especial para a gestão dessa política.
- ★ Atuar no reflorestamento da mata ciliar e recuperação de nascentes dos rios, em parceria com entidades de defesa do meio ambiente.
- ★ Organizar limpezas de rios, estimulando a participação da comunidade
- ★ A grande vocação de Goiânia é o conhecimento técnico e científico, portanto buscar parceria com a UFG e entidades para a execução de um Projeto de Gestão dos Resíduos Sólidos de Goiânia e Região Metropolitana.
- ★ Em parceria com Cooperativa de Catadores construir uma usina para processar os resíduos sólidos, riqueza que pode gerar energia para abastecer escolas, hospitais, etc.
- ★ Investir nos trabalhadores/as desse setor com apoio à criação de cooperativas e no seu fortalecimento; com oferta de micro crédito para aquisição de equipamentos e políticas públicas que resgatem sua cidadania.
- ★ Fazer estudos para revelar o nível de agrotóxicos nas águas de Goiânia e tomar as providências necessárias.

ANEXO

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Os reflexos e prejuízos deixados pelo corona vírus em Goiânia, aliados ao descaso do atual gestor e do presidente da República, são imensos e afetam o emprego e a renda da população de forma drástica.

Portanto, umas das nossas primeiras iniciativas, em janeiro de 2021, será criar um FÓRUM PERMANENTE, com a participação da Fecomércio, da ACIEG, da FIEG, da Associação Empresarial da Região da 44 (ERA-44), de representantes dos trabalhadores, entre outros, para INICIALMENTE dialogar e traçar um plano emergencial de recuperação da economia goianiense. E, constantemente, durante todo o nosso mandato, manteremos um diálogo, buscando saídas para os principais problemas do setor produtivo e alternativas para a modernização do setor, para o aumento da competitividade e qualidade de vida para os/as trabalhadores/as.

Além disso, é necessário promover:

I – AMPLO APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA

- ★ Realizar uma desburocratização, ligada à tecnologia e à inteligência.
- ★ Realizar uma reforma tributária. O nosso Código Tributário é da década de 70.
- ★ Garantir apoio financeiro às empresas e elaborar um Programa de Recuperação de créditos com redução de multas, juros e prazos para pagamento, que inclui o parcelamento de dívidas de impostos municipais em função da pandemia, sem juros, entre outros.

- ★ Criar linhas de crédito, com juros justos, para o micro e pequeno empreendedor e outros incentivos fiscais, além de apoio à infraestrutura a Arranjos Produtivos Locais, como o conglomerado atacadista da 44, que gera cerca de 160 mil empregos diretos; aos Pit Dogs, que geram 25 mil empregos diretos; ao setor de eventos; entre outros;
- ★ Desenvolver na região da 44 projeto de instalações de creches para atender as mães trabalhadoras da região;
- ★ Estabelecer parcerias com as empresas, qualificando mão de obra, inclusive jovens no primeiro emprego, para os postos de trabalho disponíveis;
- ★ Dialogar com os camelôs da cidade, inclusive os da 44, para elaborar uma solução conjunta;
- ★ Criar através de um Arranjo Produtivo Local, um setor dedicado exclusivamente as instalações de um polo de Lavanderias com todo serviço de tratamento de água;
- ★ Investir na ampliação do Polo de Moda resgatando a capacidade econômica das lojas da Rua 85 e das lojas do Setor Fama;
- ★ Investir nas pequenas confecções;
- ★ Investir em setores como no Atacadista, em Campinas;
- ★ Criar linhas de crédito, com juros justos, para o micro e pequeno empreendedor e outros incentivos fiscais, além de apoio à infraestrutura a Arranjos Produtivos Locais na região de Campinas;
- ★ Investir no setor de Turismo. Goiânia é palco de importantes Festivais, eventos culturais, Congressos, Simpósios, Seminários, movimentando uma grande cadeia;
- ★ Criar um Polo Moveleiro, com apoio da indústria mobiliária do bairro Santa Geneveva;
- ★ Incentivar o polo gastronômico de Goiânia;
- ★ Criar um POLO LOGÍSTICO na região norte, com fomento de incubadoras, em parceria com a UFG;
- ★ Transformar a Avenida Aderup e Região da Canaã em polo de autopeças;
- ★ Incrementar o CEASA, para qualificar a distribuição de hortifrutigranjeiro;
- ★ Transformar o tramo leste da Av Leste/Oeste na entrada triunfal de Goiânia;
- ★ Criar uma marca de Goiânia como capital de serviços;
- ★ Dar incentivos para transformar as oficinas de aviação civil como polo de serviços da aviação geral;
- ★ Fazer parceria com os hospitais para incrementar “hospitais day’s” na medicina de olhos e estética;
- ★ Reabrir os hospitais Lúcio Rebelo, Santa Geneveva e São Salvador;
- ★ Construir Feiras cobertas no Cerrado, Buena Vista, Orlando de Moraes, Irisville, Santa Fé;

- ★ Montar cooperativas de costuras nessas feiras;
- ★ Fazer parcerias para hortas orgânicas e edifícios verdes.
- ★ Criar linhas de crédito para a Juventude, mulheres e negros (as) para início de um micro ou pequeno negócio.
- ★ Realizar debates sobre o Plano Diretor, prevendo um Polo Industrial com as devidas discussões sobre o escoamento dos produtos e também sobre o respeito à vizinhança, ao meio ambiente, ao deslocamento dos/as trabalhadores/as, à oferta de energia. Além de promover uma desburocratização dos processos, garantir internet de qualidade, segurança jurídica, segurança do patrimônio e das pessoas, inclusive utilizando o vídeo monitoramento.
 - Considerar investimentos para estimular a produção industrial para o mercado interno, mas também para exportação, uma vez que o Aeroporto de Goiânia é internacional, o que facilita a logística.
- ★ Promover a implantação do Polo industrial e de serviços do ramo de reciclagem de resíduos sólidos e da construção civil e de lavanderias indústrias e hospitalares, instituídos nos termos da lei nº 10.215, de 11 de julho de 2018, dentro dos parâmetros ditos anteriormente;
- ★ Criação dos Polos de Desenvolvimento Econômico:
- ★ Parque Tecnológico Samambaia, na área do Campus Samambaia da Universidade Federal de Goiás;
- ★ Polo Tecnológico e de Inovação, nas áreas adjacentes à Estação de Tratamento de Esgoto Dr. Hélio Seixo de Brito;
- ★ Polos Industriais, Empresariais e de Serviços, a serem implantados em área de urbanização específica, descrita e indicada nos anexos XI E XIII desta lei complementar;
- ★ Implantar a Aerotrópole - ter o aeroporto como regente de toda a dinâmica da economia da região - no entorno do Aeroporto Santa Genoveva;
- ★ Criação de um polo gastronômico com a participação dos representantes de bares, restaurantes, hotéis e congêneres;

II – INVESTIMENTO NA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Essa conjuntura de crise econômica e social, com altos índices de desemprego e precarização das relações de trabalho, heranças malditas dos governos atuais, e hoje agravadas pela pandemia, exige ações rápidas e eficazes.

Assim, tomaremos providências urgentes para implantar em Goiânia uma grande frente de Economia Solidária, estimulando e apoiando uma diversidade de experiências coletivas de organização econômica, onde as pessoas se associam para produzir e reproduzir meios de vida segundo relações de reciprocidade, igualdade e democracia. As atividades realizadas solidariamente vão desde as trocas até a articulação de cadeias produtivas, incluindo a produção, a comercialização, o crédito e o consumo.

Tais práticas incluem a criação ou a manutenção de empregos; a produção e a comercialização coletiva; a moradia coletiva; a poupança e o crédito solidários; as trocas não monetárias; os serviços coletivos de saúde; a proteção coletiva do meio-ambiente; a segurança alimentar; o apoio à criação de atividades individuais ou coletivas; a criação de novos serviços.

Embora as cooperativas (de consumo, de trabalho, de produção e de crédito) constituam uma das formas importantes por meio das quais tais práticas sociais se desenvolvem, elas não são as únicas. Há várias outras formas importantes como os clubes de troca, a autoconstrução, o microcrédito ou o crédito solidário, os jardins comunitários, as cozinhas coletivas, os serviços da vida cotidiana (como cuidar de crianças ou idosos).

O importante será a utilização dos créditos em suas próprias comunidades, gerando uma rede de oportunidades, como por exemplo, uma cooperativa de costureiras, que poderia criar uniformes para diversas áreas da administração pública. Seria algo que economizaria muito dinheiro público, evitaria as licitações superfaturadas e ainda geraria empregos nas comunidades. Ou uma cooperativa de hortifrutigranjeiros familiares, que poderia fornecer alimentos frescos, orgânicos para a alimentação escolar, entre outros vários exemplos.

Outra possibilidade seria o estímulo e apoio aos bancos comunitários, que teriam uma moeda social que só poderia ser utilizada dentro do próprio bairro ou uma determinada área, cuja circulação serviria para construir uma economia que não é o fim em si mesmo, mas uma economia que é um meio para uma vida digna. Ou seja, são práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Baseada no princípio da cooperação como forma de organização do trabalho e da posse coletiva como forma de propriedade e divisão de resultados, a economia solidária consegue promover uma sociedade justa, igualitária e socialmente responsável.

Comprometemo-nos a ter um diálogo constante com as Universidades e entidades que atuam na defesa e fortalecimento da economia popular solidária e elaborar, em conjunto, o “PLANO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”, que contenha as normas, as ferramentas e demais questões que garantam a elaboração de uma política pública que sustente essa peça tão fundamental para o projeto de reconstrução do nosso país e de nossa cidade, como reivindica a Rede Solidária Berço das Águas, de quem acolho a Carta de Propostas da Economia Solidária em Goiânia para o período 2021-2024.

E assumimos o compromisso de, imediatamente no início do mandato, criar as condições para a instalação de nosso BANCO COMUNITÁRIO com uma moeda social, semelhante ao Banco Mumbuca, de Maricá, no Rio de Janeiro, cuja moeda social é a Mumbuca; ao Banco Palmas, do Conjunto Palmeiras, de Fortaleza, cuja moeda social é a Palma. Além dessas, circulam no Brasil o Gostoso (de São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte), o Maracanã (de Maracanaú, no Ceará), a Terra (de Vila Velha, no Espírito Santo), o Justo (de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul), entre tantas outras.

O banco comunitário é uma associação comunitária que presta serviços financeiros solidários, de forma associada e comunitária. Ele é autônomo e faz sua autogestão, então não existe filial para esse tipo de banco. Além disso, a sua criação e administração é feita pela própria comunidade local.

Esse sistema se baseia em princípios de confiança mútua entre as pessoas e economia solidária. O objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social de regiões de baixa renda.

Os serviços prestados pelo Banco Comunitário poderão ser:

- Crédito produtivo: para incentivar a criação ou ampliação de novos negócios.
- Crédito para consumo: feito em moeda social para estimular o consumo local.
- Fundo solidário para compras conjuntas: feito por um grupo de empreendedores de um mesmo ramo de atividade para conseguir melhores preços junto ao fornecedor
- Micros seguro: seguro de vida que contempla auxílio funeral e indenização por morte natural ou acidental. Deve ser registrado na SUSEP
- Correspondente bancário: permite realizar pagamentos e recebimentos de faturas dos bancos comerciais
- Educação financeira: Através de cursos gratuitos e palestras orientado para temas como finanças pessoais.

III – APOIO À ECONOMIA CRIATIVA

A economia criativa permite gerar valor econômico por meio de ações criativas, culturais e intelectuais. É movida por ideias. E em um cenário de crise, como o atual, a criatividade e inovação são fundamentais. A economia criativa surgiu na Austrália em 2001, quando o governo trabalhista passou a incorporar em sua estratégia de política e macroeconomia, o apoio a 13 setores que eram capazes de gerar renda. Esses segmentos têm como base o capital intelectual e a criatividade para impulsionar o desenvolvimento local, regional e nacional.

A economia criativa está em expansão. No Reino Unido, por exemplo, os dados mostram que os empregos criativos fora da indústria criativa aumentaram de 2,8 milhões, em 2014, para 2,9 milhões, em 2015, ou seja, obteve um aumento de 5%. Em contrapartida, o crescimento do número total de empregos na economia britânica no mesmo período foi de apenas 2%.

O estudo ainda mostra que a proporção de empregos no país que fazem parte da economia criativa também aumentou entre 2014 e 2015: de 8,8% para 9,2%. E esses simbolizam a importância desses setores em outras áreas, como a de educação.

No Reino Unido, após pesquisas do setor de games como gerador de empregos, exportação e desenvolvimento, incluiu-se a matéria “introdução da computação” na grade curricular do ensino fundamental.

Os setores que estão fazendo a economia girar pode dividir os segmentos criativos em quatro grandes campos:

- consumo: design, arquitetura, moda e publicidade;
- mídias: editorial e audiovisual;
- cultura: patrimônio e artes, música, artes cênicas e expressões culturais;
- tecnologia: pesquisa e desenvolvimento, biotecnologia e tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Dessa maneira, qualquer empresa que tem a sua origem em uma dessas áreas, que atua de forma individual ou coletiva e gera renda e empregos na sociedade, faz parte da economia criativa.

No Brasil, a área criativa gerou mais de R\$ 155,6 bilhões para a nossa economia em 2015, segundo o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil.

Esses são os dados mais recentes que foram divulgados e reforçam o caráter estratégico desse modelo de economia.

Ou seja, há espaço nesse mercado para as empresas investirem e até mesmo abrirem seu próprio negócio. A economia criativa está gerando renda e empregos.

Além disso, a economia criativa destaca a capacidade humana e social em relação aos recursos físicos e financeiros, quebrando o padrão do modelo industrial e valorizando o imaterial.

É importante ainda ressaltar que a transformação digital foi fundamental para impulsionar a economia criativa. O fenômeno permitiu conectar pessoas com pensamentos diferentes, mas que conseguem se unir e colocar em prática suas ideias, desde reformular cidades, aproximando-as ao conceito de Cidades Inteligentes, até alterar a relação de trabalho. São novas soluções para problemas antigos e que ainda estão por vir.

IV – ESTÍMULO E APOIO AOS EMPREGOS VERDES – é um diálogo direto com nosso Eixo Articulador “Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI”

Conforme o Relatório sobre a disparidade das emissões 2019, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), as emissões mundiais de gases de efeito estufa deveriam baixar 7,6%/ano entre 2020 e 2030 para atingir o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global em 1,5 °C — ou 2,7% por ano para não passar de 2 °C —. Segundo o relatório, mesmo que se implementem todos os compromissos do Acordo, as temperaturas aumentariam 3,2 °C no final do século. E, por sua vez, elevaria a frequência e intensidade dos nefastos impactos climáticos que têm afetado o planeta nos últimos anos.

Neste contexto, o mundo precisa acelerar a transição para uma economia descarbonizada e ecológica. E Goiânia pode fazer a sua parte. É uma transição que, além de ter o potencial de frear as mudanças climáticas, também pode se converter num autêntico motor de crescimento. Ela pode criar numerosos empregos verdes em vários setores, que é algo que já está acontecendo nos últimos anos tanto nos países ricos como nas economias emergentes.

A economia circular, que propõe reutilizar, reparar ou reciclar, aumentando a fabricação e o consumo sustentável, também será uma fonte de criação de empregos verdes. Dessa forma, além de reduzir os resíduos, economiza-se energia e contribui-se para evitar os danos irreversíveis causados em termos de clima, biodiversidade e poluição do ar, do solo e da água, devido à utilização dos recursos num ritmo que ultrapassa a capacidade da Terra para renová-los.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) define os empregos verdes como "os trabalhos de agricultura, atividades de fabricação, pesquisa e desenvolvimento, administração e serviço que contribuem de forma considerável para preservar ou restaurar a qualidade do meio ambiente". Em outras palavras, os empregos ambientais são aqueles destinados a proteger e promover o meio ambiente ou os que levam sempre em consideração o seu impacto sobre a saúde do planeta e tentam minimizá-lo. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), este tipo de empregos permite:

Aumentar a eficiência do consumo de energia e as matérias-primas. Limitar as emissões de gases de efeito estufa. Minimizar os resíduos e a poluição. Proteger e restaurar os ecossistemas e contribuir para a adaptação às mudanças climáticas.

Outro dos benefícios destes trabalhos ecológicos é seu efeito sobre a economia global. A OIT já advertiu que, se nada mudar, o crescimento do emprego no futuro não será suficiente para satisfazer o aumento da força de trabalho nos países emergentes e em desenvolvimento. Porém, "as mudanças na produção e no uso da energia para atingir o objetivo de 2 °C podem trazer consigo a criação de cerca de 18 milhões de postos de trabalho na economia mundial", explica este organismo no seu relatório Perspectivas sociais e de emprego em 2018. Estas mudanças, destinadas à consecução do Acordo de Paris e à geração de empregos verdes, incluiriam um maior uso de fontes de energia renováveis, o crescimento da utilização de veículos elétricos e a realização de obras de construção para haver mais eficiência energética nas edificações.

SETORES COM EMPREGOS VERDES EM AUGE

Surgirão novos empregos como consequência da descarbonização da economia e do desenvolvimento da economia circular, porém, outros serão mantidos ao se adaptarem à nova realidade verde. De acordo com os especialistas, estes são os setores com maior potencial para criar empregos verdes:

Energia - conforme a Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), as energias renováveis criaram mais de 500.000 novos empregos no mundo em 2017 (um aumento de 5,3% com respeito a 2016) e estima-se que atualmente dão trabalho para mais de 10 milhões de pessoas.

Agricultura - de acordo com o Instituto de Pesquisa da Agricultura Orgânica (FiBL), o mercado da agricultura ecológica segue crescendo em todo o mundo e, em muitos casos, com dígitos duplos. Nos Estados Unidos, o maior mercado mundial, a venda de alimentos orgânicos aumentou 6,4% em 2017, alcançando 43,7 bilhões de euros. Na Europa, por sua vez, houve um crescimento de 10,5%, chegando a 37,3 bilhões de euros.

Design - as políticas europeias demandam taxas de reciclagem cada vez maiores e estabelecem critérios de design ecológico cada vez mais estritos. Este fato, somado à consciência ecológica de muitos consumidores, converteu o eco design (desde embalagens até coberturas de edifícios, passando por produtos variados) numa fonte de emprego em auge.

Turismo - em uma sociedade cada vez mais conscientizada com a saúde do planeta, o turismo ecológico — ou ecoturismo — é uma tendência em expansão. Este setor gera empregos relacionados com atividades como a criação de experiências de aventura, o conhecimento de espaços protegidos, assim como a revitalização de áreas rurais.

Transporte - este setor é responsável por mais de 30% das emissões de CO2 da União Europeia (UE). Muitos países já adotaram medidas para reduzir drasticamente as emissões do transporte (a UE prevê diminuí-las em 60% em 2050 com respeito aos níveis de 1990), abrindo oportunidades de trabalho nos setores do veículo elétrico, do transporte público e do transporte de mercadorias em trens eletrificados.

ANEXO

3. MOBILIDADE URBANA

Os Estados e Municípios são orientadores e financiadores da Mobilidade Urbana, que compreende:

- 1- Transporte Coletivo;
- 2- Trânsito;
- 3- Sistema Viário;
- 4- Modos Ativos de Transporte.

Nossa proposta é implementar em Goiânia um Plano de Mobilidade Urbana, com as seguintes diretrizes:

- 1- *Mudança da visão do Transporte Coletivo com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da cidade e diminuir o uso do automóvel;*
 - 2- *Aperfeiçoar o modelo de Gestão uma vez que hoje há uma participação pequena do Estado e nenhuma dos 19 municípios, com tarifa única. É preciso organizar o Consórcio Público, com a participação proporcional dos municípios, inclusive para melhorar o financiamento.*
 - 3- *Investir na fiscalização, que é central na gestão.*
 - 4- *Licitação – Há que se fazer outra, com um novo modelo. A última foi feita em 2008. A realidade hoje é outra: BRT, novas tecnologias, como os aplicativos. Enquanto isso, cobrar e atuar para o cumprimento do contrato.*
 - 5- *Instituir a Subvenção – No mundo inteiro o transporte público é subvencionado usuário 1/3 e poder público 2/3).*
- ★ Buscar aprovar um PL de Modal de Mobilidade a cada 4 anos;
 - ★ Criar uma Central de vídeo monitoramento para saber como as pessoas entram na cidade;
 - ★ Humanizar os ônibus disponibilizando ar condicionado, higiene, conforto e menor preço;
 - ★ Controlar planilha itinerária;
 - ★ Melhorar o transporte dos bairros para terminais;
 - ★ Acentuar a fiscalização do contrato (higiene, nº de linhas, cumprimento de horário, qualificação do motorista, respeitar a ISO 2000);
 - ★ Construir estacionamentos para carros e bicicletas nos Terminais;
 - ★ Atuar para resolver o problema de centenas de pessoas esperando nos Terminais, enquanto dezenas de ônibus estão parados;
 - ★ Implementar políticas que atuem pela preservação da vida e a disciplina do ciclista;
 - ★ Investir no ciclismo como meio de transporte e esporte;
 - ★ Humanizar os espaços públicos da cidade;
 - ★ Manter estatizado o Eixo Norte-Su;
 - ★ Levar para a periferia ciclovias até os Terminais;

ANEXO 4. EDUCAÇÃO

MOVIMENTO GOIÂNIA CIDADE EDUCADORA

O processo de ruptura democrática que interrompeu o ciclo de governos liderados pelo PT, em Goiânia e no Brasil, se efetivou por meio de retrocessos nas políticas sociais e permitiu a ascensão de Bolsonaro e, conseqüentemente, a implementação de uma agenda econômica ultraliberal e conservadora, que não deu certo em lugar nenhum do mundo e que está conduzindo milhões de brasileiros e brasileiras ao desemprego, à miséria, à fome e à desesperança.

Nestes tempos de pandemia, já morreram milhares de pessoas, na sua maioria, pelo descaso de Bolsonaro e governos locais, como Caiado e Iris. Além da dor, que toma conta das famílias, o nível de desemprego, que já era alto, ficou pior.

As políticas sociais sofrem ataques contínuos, assim como a democracia e o estado democrático, com alterações que ferem a Constituição, como a Emenda Constitucional 95 – o teto de gastos – que congelou por 20 anos os gastos com educação e saúde, já com duros reflexos na população; como as reformas da previdência, trabalhista, e também, por políticas de flexibilização dos direitos sociais; o desemprego em massa, a entrega das riquezas do Brasil ao capital nacional e internacional, etc. Enfim, um conjunto de ações que minam as políticas sociais, afetando a saúde, a educação e a vida.

Estes retrocessos impactam as políticas sociais e o cumprimento das metas e estratégias, democraticamente pactuadas no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e nos planos estaduais e municipais. O município de Goiânia não viabilizou a materialização do Plano Municipal de Educação de Goiânia, suas metas e estratégias.

Nos governos Temer e Bolsonaro não foram feitos investimentos e ações necessárias para atingir as metas e as estratégias do PNE, por mais que as entidades e órgãos de controle cobrem das autoridades responsáveis. Políticas e ações neoliberais foram efetivadas na contramão do PNE gerando, entre outros, desqualificação significativa resultante do chamado “novo ensino médio”; do desmanche dos programas nacionais de pesquisa; de retrocessos na formação inicial e continuada; dos contingenciamentos orçamentários que sufocaram universidades e institutos públicos de educação, ciência e tecnologia. Estamos próximos do fim da vigência do FUNDEB, enfrentando as PEC’s de extinção de fundos setoriais, da desvinculação, desoneração e desindexação dos orçamentos públicos, de emergência financeira com a previsão de redução de jornadas e de salários, extinção de carreiras, privatização de serviços e transferência direta de fundos públicos às instituições privadas de ensino. Reverter esse cenário é fundamental. A aprovação, pelo Congresso Nacional, do FUNDEB permanente, após ampla mobilização das entidades e movimentos sociais, representa uma vitória. O próximo passo é garantir a efetiva regulamentação do FUNDEB com a garantia do Custo-Aluno-Qualidade, entre outros.

Neste cenário, a defesa da educação se impõe. E é indissociável da defesa da democracia e, portanto, do estado democrático de direito, da defesa do direito à vida, à saúde e as demais políticas sociais, em um país tão desigual.

Para enfrentar tamanho problema, é preciso um amplo movimento participativo envolvendo toda a sociedade civil em um projeto concreto de investimento e de políticas em defesa de Goiânia como uma cidade educadora, em conexão com o Plano Municipal de Educação e com as políticas interseccionais, especialmente, as políticas de segurança, cultura, esporte, saúde e assistência social. Este processo participativo e formativo deverá envolver a sociedade civil, e, portanto, associações, todos os profissionais da educação, sindicatos, pais e mães ou responsáveis, estudantes, Conselhos e Fóruns de Educação Municipal, universidades e instituições educativas em geral.

O MOVIMENTO GOIÂNIA CIDADE EDUCADORA buscará fortalecer políticas e ações direcionadas a melhorar os indicadores de qualidade, a ampliação de vagas, a ser referência em Educação para outros municípios. Isso é possível! Com envolvimento de todos os seguimentos no mesmo propósito, com garantia dos investimentos necessários, Goiânia pode ser referência em Educação e com o compromisso de Adriana Accorsi com a democratização da gestão municipal de Goiânia.

O MOVIMENTO GOIÂNIA CIDADE EDUCADORA deverá, portanto, se efetivar em prol da democratização do acesso e da permanência com a garantia de padrão de qualidade na educação para todos/as, na defesa da gestão democrática, na valorização dos profissionais da educação, financiamento adequado, entre outras bandeiras históricas.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO COM GARANTIA DE PERMANÊNCIA COM QUALIDADE SOCIAL:

A garantia do acesso aos CMEI's e escolas deve ser garantida pelo poder público, seja pela estratégia da Busca Ativa ou pela ampliação das vagas, de modo a expressar o compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches, bem como garantir políticas de estímulo a educação de jovens e adultos, entre outros. Manter as crianças, em boas condições de aprendizagem, vai requerer da gestão a articulação necessária para garantir toda a estrutura adequada ao funcionamento das escolas: construção, reforma e manutenção de prédios escolares; provimento de materiais pedagógicos e outros; garantia de professores/as e funcionários/as em número suficiente em todas as unidades; transporte escolar; merenda escolar; livros e materiais didáticos. Nessa direção defendemos:

- Ampliação do número de vagas em CMEI's, de forma a garantir o atendimento de todas as crianças de 0 a 6 anos, oportunizando aos pais um local com segurança e boa qualidade para deixar suas crianças;
- A construção democrática de projeto educativo participativo, atraente, emancipatório e cidadão para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Cada modalidade e faixa etária, respeitada suas características e objetivos, onde cada um se sinta incluído/a, pertencente, que desperte seus interesses e potencialidades;
- A garantia do direito à educação, com políticas específicas direcionadas, particularmente, àquelas pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão, a fim do enfrentamento das desigualdades socioeconômicas;
- O respeito ao direito constitucional à educação para todos/as e do estabelecimento de políticas públicas, especialmente, direcionadas à garantia da educação básica obrigatória, sua universalização e qualidade social, envolvendo todas as etapas e modalidades. Portanto, uma defesa intransigente da educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos e todas;

- Ampliação do número de vagas em CMEI's, de forma a garantir o atendimento de todas as crianças de 0 a 6 anos, oportunizando aos pais um local com segurança e boa qualidade para deixar suas crianças;
- A construção democrática de projeto educativo participativo, atraente, emancipatório e cidadão para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Cada modalidade e faixa etária, respeitada suas características e objetivos, onde cada um se sinta incluído/a, pertencente, que desperte seus interesses e potencialidades;
- A garantia do direito à educação, com políticas específicas direcionadas, particularmente, àquelas pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão, a fim do enfrentamento das desigualdades socioeconômicas;
- O respeito ao direito constitucional à educação para todos/as e do estabelecimento de políticas públicas, especialmente, direcionadas à garantia da educação básica obrigatória, sua universalização e qualidade social, envolvendo todas as etapas e modalidades. Portanto, uma defesa intransigente da educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos e todas;
- A ampliação da oferta de matrículas na rede pública de educação básica, priorizando a educação infantil e o ensino fundamental, sua expansão física, material e de pessoal;
- A consolidação das políticas desenvolvidas pelos Governos do PT, como os CMEI's - Centros Municipais de Educação Infantil como espaço e locus da educação das crianças de 0 a 6 anos e patrimônio da sociedade goiana e amplamente demandado e reconhecido como espaço formativo de qualidade;
- A consolidação de políticas de educação assegurando abordagem curricular relativa aos direitos humanos e diversidade (reconhecimento e valorização da diversidade étnico-raciais, geracional, sexual (perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTfóbica e à prevenção de todas as formas de violência e o combate a qualquer forma de discriminação. Fortalecimento do ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas e promoção de educação ambiental, contribuindo para a construção de escolas sustentáveis e cidades preservadas;
- A adoção de políticas de melhoria da qualidade do ensino envolvendo, entre outros, a garantia de educação integral, com atenção à organização de currículos permitindo o desenvolvimento do brincar e do contato com diferentes campos do conhecimento e das linguagens; processos de alfabetização que considerem as experiências culturais e sociais dos estudantes; contato com a investigação e a pesquisa desde os primeiros anos do ensino fundamental; perspectiva de educação inclusiva, que leve em conta as características cognitivas, as experiências culturais, as especificidades e necessidades de todos os estudantes;

GESTÃO DEMOCRÁTICA: Reafirmamos nosso compromisso com a gestão municipal democrática e a participação popular na educação. O envolvimento de toda comunidade escolar – professores e professoras, funcionários e funcionárias, familiares e estudantes – na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas é uma forma exitosa, já vivenciada por governos petistas, de tornar educação prioridade e de fazê-la a grande causa a ser defendida pela sociedade. Assim, buscaremos consolidar este processo por meio:

- Da consolidação do princípio constitucional da gestão democrática para todos/as, tendo por eixos a CF 1988, a LDBEN, o PNE, a Constituição Estadual e a Lei orgânica do Município, visando a plena materialização de políticas e ações articuladas ao Plano municipal de educação de Goiânia;
- Da luta pela Instituição do SNE – Sistema Nacional de Educação – que prevê ações coordenadas de União, estados e municípios, em regime de colaboração, a fim de cumprir as metas e as estratégias da educação de qualidade, contidas no PNE – Plano Nacional de Educação e fortalecimento do Conselho e Fóruns municipais de educação de Goiânia;
- Da consolidação de políticas públicas de gestão democrática, enfatizando a autonomia das instituições educacionais, a eleição de diretores/as, o fortalecimento do conselho escolar, fortalecimento do movimento estudantil e a efetiva participação de profissionais da educação, estudantes, pai, mãe ou responsáveis;
- Do investimento no planejamento e na gestão pedagógica, amparado no trabalho coletivo e integrado dos/as educadores/as com as equipes pedagógicas de creches, escolas e dirigentes da secretaria de educação.

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: a garantia da efetiva articulação entre formação inicial e continuada, carreira, salários e condições de trabalho se constituem em eixo da gestão por meio:

- Da consolidação da carreira, política de qualificação e melhoria do piso salarial para professores da Rede Municipal de Goiânia, com o pagamento do Piso Salarial Nacional Profissional;
- Do respeito ao plano de carreira dos/as funcionários/as administrativos/as, do estímulo à qualificação, incluindo formação em nível médio e superior para estes profissionais que ainda não possuem. Respeito, fundamentalmente, à data-base todos os anos, como uma forma de valorização destes profissionais;

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: educação como prioridade estratégica por meio da:

- Consolidação da gestão participativa com o envolvimento dos conselhos, respeitando sua autonomia e atuação;
- Defesa intransigente do FUNDEB permanente, com aplicação efetiva dos recursos, do custo-aluno-qualidade, acompanhamento e controle, evitando desvios e desperdícios dos recursos públicos.

ANEXO

5. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social é uma política que cuida das pessoas mais vulneráveis e das que têm renda, mas têm seus direitos fundamentais feridos, como idosos violentados.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um legado do governo Lula. O compromisso de implantá-lo foi aprovado em 2004, na Conferência Nacional, e durante todo período de Lula e Dilma esse esforço foi mantido. É o grande aliado de um Sistema de Proteção Social. Hoje, urge ampliar, reforçar e consolidar este Sistema.

1 - Reforçamos nosso compromisso com o SUAS (Proteções Básica e Especial), fortalecendo os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Assistência Social (CREAS), entre outros.

a - No contexto da Proteção Especial de Média Complexidade vamos implementar:

O Serviço de Educação Social - será implementado, na perspectiva de Paulo Freire (1996), para realização do atendimento (observações, abordagens e encaminhamentos), das crianças, adolescentes, familiares e adultos em situação de rua, com direitos ameaçados e/ou violados, seja por trabalho infantil, mendicância, exploração sexual, dentre outras. Inclusive criando as condições para qualificação profissional dos jovens e encaminhamento ao 1º emprego, com financiamento de recursos do Programa de Emprego e Renda e articulação com a política de Assistência Social.

População a ser atendida: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

Locais: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou Unidades Específicas Referenciadas aos CREAS.

Financiamento: organizar o Serviço com o cofinanciamento do poder público municipal, dentro do Plano Municipal de Assistência Social, que deve ser construído e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Goiânia.

b - Para a proteção Especial de Alta Complexidade

Ampliação, estruturação e reorganização pelo poder público municipal, em parceria com as instituições não governamentais que atuam na área da oferta de Serviços para Acolhimento Institucional, com a constituição de Casa de Passagem, Abrigos Institucionais, Casas-Lares, Famílias Acolhedoras, Repúblicas, etc.

2 - Garantiremos uma Equipe qualificada, com concurso e carreira. Apoiaremos a regulamentação dos benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - o maior programa de proteção social hoje com graves problemas de oferta em Goiânia, dificultada pela falta de servidor concursado específico para a execução dessa política. Só em 2019, 3.890 processos para o BPC foram indeferidos apenas por não ter preenchido o Cadastro único - CADU. Dos 30 mil beneficiários do BPC em GYN, poucos estão no CADU;

3- Instalaremos equipamentos sociais nas unidades de atendimento garantindo estruturas dignas, padronizadas, para um atendimento respeitoso.

Nestes tempos de pandemia, agravada pela irresponsabilidade de Bolsonaro e Iris Rezende, a saúde, segurança alimentar e geração de emprego e renda são políticas prioritárias de uma prefeitura que quer cuidar da cidade e das pessoas.

Assim, resgataremos o BANCO DE ALIMENTOS - equipamento social público, organizado durante a gestão do prefeito Pedro Wilson. O Banco deve fazer parceria com a agricultura familiar, grandes redes de supermercados, etc e captar alimentos em ótimas condições de consumo e abastecer entidades não governamentais credenciadas, que atendam às populações de rua, população idosa, crianças, mulheres vítimas de violência e creches não governamentais. Também adquirir produtos da agricultura familiar e disponibilizar os alimentos. Além de contribuir para matar a fome, garantindo o direito fundamental à alimentação, é um meio de combater o desperdício e descarte, com uma redistribuição rápida e segura e de gerar empregos e renda.

- Restabelecer o RESTAURANTE POPULAR, equipamento público organizado pelo prefeito Pedro Wilson, mas inaugurado pelo atual prefeito sem as devidas condições;
- Investir recursos em uma rede de atendimento para população em situação de vulnerabilidade social, com marmitta, café da manhã, almoço e jantar de qualidade.

ANEXO

6. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

A desigualdade entre mulheres e homens é a expressão de uma relação de poder na sociedade. Os homens ocupam majoritariamente funções com forte valor social agregado, como a política institucional, enquanto as mulheres são responsáveis pela realização dos trabalhos doméstico, de procriação, psicológico/de cuidado, acumulando o trabalho produtivo e o reprodutivo.

São relações de domínio e subordinação, baseadas na divisão sexual de trabalho e sustentadas por certos valores, símbolos, práticas e normas sociais que tentam justificar a subordinação vivida pelas mulheres em todos os setores da sociedade. Mulheres e homens assumem novos papéis, mas o cuidado da casa, das crianças, idosos, pessoas com deficiência e doentes continuam sendo responsabilidade das mulheres. Essas tarefas representam a economia do cuidado com incidência de quase 30% do PIB do país, trabalho não remunerado, mas essencial na reprodução da humanidade.

A cidade deve ser um espaço democrático de acesso aos bens e serviços públicos para toda população, mas como as mulheres são mais de 50% das pessoas, a infraestrutura urbana será formulada com inclusão social e coletiva para a essa parcela da população que mais utiliza o sistema de transporte, as ruas, os equipamentos públicos (saúde, educação e assistência social, etc.) e praças no dia a dia.

Para construir uma cidade solidária e democrática para as mulheres apresentamos as nossas propostas:

- 1- A estruturação da política para as mulheres será transversal nas políticas governamentais como orientação estratégica de governo. A igualdade de gênero e raça será o objetivo indutor das políticas públicas, estruturadas nos instrumentos de planejamento como o PPA-Plano Pluri Anual, LDO – Lei de Diretriz Orçamentária e LO – Lei Orçamentária;
- 2- Criar um comitê de acompanhamento da execução orçamentária do governo com perspectiva de gênero e raça;
- 3- Fortalecer a Secretaria de Políticas para as Mulheres, ampliando e assegurando recursos para aumentar o alcance de suas ações na implementação e aprofundamento das Políticas para as Mulheres;
- 4- Garantir a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres por meio da assistência técnica, do fomento ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, especialmente através do fortalecimento das redes da economia solidária;
- 5- Garantir o funcionamento da casa abrigo;
- 6- Reforçar o centro de referência da mulher itinerante, criando um calendário;

- 7- Capacitar os gestores públicos para a igualdade entre homens e mulheres, realizando treinamentos e qualificação profissional, com vistas à inserção de uma perspectiva de gênero e de raça na realização de políticas públicas e ocupação dos cargos de chefias;
- 8- Capacitar os agentes de saúde no atendimento às mulheres vítimas de violência;
- 9- Capacitar os servidores da guarda municipal para um atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência;
- 10- Realizar uma campanha junto aos profissionais de saúde sobre a importância da notificação compulsória;
- 11- Formar comitês de gênero nas secretarias, autarquias e empresas públicas no primeiro ano de governo;
- 12- Implantar a paridade nos conselhos de administração municipal;
- 13- Adotar as medidas necessárias incluindo políticas afirmativas e mudanças legislativas, visando alcançar a paridade entre homens e mulheres nos cargos de confiança do poder executivo;
- 14- Construir critérios para que nos processos de licitação das prestadoras de serviço seja levado em conta indicadores de igualdade das empresas;
- 15- Promover a saúde integral da mulher em todo o seu ciclo de vida, garantindo os direitos sexuais e reprodutivos, a adequação às especificidades decorrentes da origem étnico-racial e da orientação sexual;
- 16- Fortalecer a política de participação social na discussão das políticas e ações do governo;
- 17- Garantir a ampliação dos investimentos em projetos de infraestrutura, habitação, mobilidade, que melhorem a vida das mulheres;
- 18- Dotar os projetos de habitação com equipamentos de compartilhamento do trabalho doméstico como creches, lavanderias, restaurantes populares e espaços de convivência que considerem homens e mulheres;
- 19- Implementar quintais produtivos com vistas a estimular a organização produtiva das mulheres e as práticas agroecológicas;
- 20- Qualificar o sistema de mobilidade urbana tendo as necessidades das mulheres em todo o seu ciclo de vida atendida;
- 21- Realizar campanha contra o assédio sexual no sistema de transporte coletivo;
- 22- Implementar um programa de regularização fundiária urbana com a priorização da titularização em nome das mulheres;

- 23- Garantir uma educação inclusiva e igualitária, sem preconceito e discriminação de qualquer espécie. Assegurar a inclusão de conteúdos não discriminatórios nos programas de capacitação de profissionais da educação e nos materiais didático-pedagógicos;
- 24- Universalizar a formação dos professores no Programa Diversidade na Escola desde a creche, através do ensino sobre as culturas negra e indígena nas redes de educação;
- 25- Combater a violência de gênero no âmbito escolar com ênfase no enfrentamento ao abuso sexual de jovens e adolescentes;
- 26- Assegurar as condições para que as mulheres possam continuar os estudos, como creches no horário escolar;
- 27- Abrir as escolas nos finais de semana para comunidade com programação esportiva e cultural;
- 28- Realizar campanha anual de valorização do trabalho doméstico e de sensibilização ao compartilhamento na realização das tarefas de cuidados por homens e mulheres;
- 29- Ampliar a licença paternidade dos servidores municipais;
- 30- Desenvolver políticas e serviços universais de cuidado, como creches e casas para idosos(as), com funcionamento em regime de três turnos, com base no reconhecimento do direito ao cuidado para todos e todas, compartilhado por toda sociedade, e entendido como direito da família;
- 31- Ampliar os grupos de convivência da terceira idade e estruturação de equipe interdisciplinar para o desenvolvimento de atividades sócio-educativas em conjunto as políticas de assistência social, saúde, educação, esporte e lazer, cultura entre outros;
- 32- Promover ações para estimular a produção cultural que valorize as mulheres, ampliando o incentivo à produção e difusão cultural;
- 33- Promover a inclusão digital das mulheres de todas as idades, visando a produção e distribuição de mídia que representam suas lutas;
- 34- Incentivar o futebol feminino;
- 35- Ampliar os programas de iniciação esportiva na cidade, principalmente para as meninas;
- 36- Promover espaços de lazer respeitando a cultura local;
- 37- Promover o teatro e manifestações populares nas regiões da cidade;
- 38- Criar fraldário nos espaços públicos;
- 39- Fortalecer os conselhos municipais de controle social, com uma política de equidade.

ANEXO

7. CULTURA

“O que se quer para o município, para a população quando se pensa no estímulo, incentivo, fomento das manifestações artístico culturais? Que cidadão é esse que se quer formar, instruir por meio da cultura, das artes?”

Propostas:

- ★ Definir o que é cultura. Como a arte se coloca dentro do contexto e por que estimular e fomentar;
- ★ Promover o equilíbrio entre o progresso tecnológico e o desenvolvimento cultural;
- ★ Implementar o ensino de música nas escolas de Goiânia e que alunos sejam familiarizados com a cultura e sua construção desde a escola;
- ★ Averiguar minuciosamente os incentivos disponibilizados aos artistas com objetivo e garantir que cheguem corretamente aos que precisam;
- ★ Nomear um (a) secretário(a) de Cultura atuante e participativo;
- ★ Garantir que o lançamento de editais para os eventos sejam postados com antecedência;
- ★ Criar um fundo que seja repassado diretamente para participantes da cultura;
- ★ Analisar os captadores;
- ★ Promover parcerias entre educação e cultura - levar principalmente a cultura popular;
- ★ Difundir a importância das pessoas conhecerem suas origens;
- ★ Desburocratizar a prestação de contas, tornando-a ágil;
- ★ Unificar as inscrições nos espaços e salas de espetáculo da prefeitura, para democratizar o acesso dos profissionais da arte, dos projetos e espetáculos;
- ★ Conhecer e mapear as manifestações artísticas e culturais, com conhecimento do que é produzido, das diversas facetas e linguagens;
- ★ Retomar os princípios do Sistema Nacional de Cultura, tratar da Economia Criativa e fomentar os espaços coletivos e colaborativos de produção artística que estão fechados na pandemia;
- ★ Realizar semanas culturais, pelo menos uma vez ao ano, criando uma grande ciranda de cultura incluindo poesia, música, de artes plásticas, danças (clássica, de salão, quadrilha, catira, congada), teatro, bandas marciais, saraus, folclore... Levando a cultura para os todos bairros, à periferia;
- ★ Aplicar e fiscalizar a lei Aldir Blanc.
- ★ Fazer gestões junto ao governo estadual para aplicar a Lei que prevê até 0,5% do orçamento para cultura, além de buscar alterar esta Lei, voltando à original –Lei 15.633 de 30 de março de 2006 – que previa 0,5% do orçamento para a cultura;

- ★ Investir no centro da cidade: dar alegria e cor à cidade;
- ★ Promover progresso tecnológico com o desenvolvimento cultural autêntico, autônomo, que fomente pontos culturais e enalteçam a arte pop e erudita, que sensibiliza e proporciona consciência social;
- ★ Proporcionar às/aos cidadãs/os comuns a experiência estética que estimula a sensibilidade;
- ★ Implementar dotação orçamentária própria para a Secretaria de Cultura.;
- ★ Criar mecanismo, em parceria com a Secretaria de Educação que proporcione acesso a todas as linguagens;
- ★ Incentivar a arte do grafite e do artista de rua;
- ★ Catalogar e mapear todas as manifestações culturais, todos os artistas, desde o repentista até DJ e artistas sofisticados, interligando educação, saúde e turismo;
- ★ Realizar conferências de cultura;
- ★ Criar a Moeda Social para a cultura;
- ★ Disseminar e ensinar cultura popular, investindo na educação básica e infantil com conhecimento das nossas origens;
- ★ Incentivar as Bandas marciais das escolas;
- ★ Em conjunto com o setor cultural, discutir a reformulação da Lei de Incentivo à Cultura.

ANEXO

8. GESTÃO E FINANÇAS

É importante lembrar que parte do sucesso de uma gestão deve-se à capacidade de articulação política. No nosso governo exercitaremos essa articulação cotidianamente, com a Câmara Municipal, respeitado sua autonomia e com a sociedade. Foi assim em governos anteriores do PT, tanto que aprovamos a Planta de Valores em um dia e meio, sem as polêmicas atuais, e com a participação de todos os vereadores, passando de 369 milhões, em 2016 para 688 milhões, em 2019.

Continuaremos trabalhando, como nos nossos governos anteriores, para o crescimento da receita, que de 2018 para 2019, cresceu 16,55% (nominal), enquanto que as despesas cresceram 13,75%. As operações de crédito cresceram 319,13%, o que permitiu financiar obras, além do crescimento das receitas próprias. A Planta de Valores deixada por Paulo Garcia e o aumento dos fiscais, explicam a situação atual.

Além do que, todas as obras inauguradas pela atual gestão foram contratadas por Paulo Garcia, que trouxe verbas do Governo Federal ou realizou outras formas de financiamento.

Investiremos em uma relação transparente e respeitosa com servidores. São eles que fazem a Secretaria de Finanças e a Prefeitura andarem e são muito preparados. A dedicação e competência dos servidores serão a nossa mola mestra para alavancar as mudanças que a pasta requer.

Perdemos muitas empresas e é preciso corajosamente atrair indústrias, formar um polo atacadista; investir em turismo; revitalizar o Centro de Goiânia e instituir incentivos fiscais para atrair a população; reduzir alíquotas. E uma nova política tributária, aliada a uma política desenvolvimento econômico, na qual investiremos fortemente, poderão contribuir para a recuperação dos índices do ICMS, que na gestão Darci Accorsi era de 30% e hoje são 13%.

Vamos elaborar uma plataforma de incremento de arrecadação, entre outros, melhorando a receita da dívida ativa do ISS. Com o IPTU, corrigindo a planta de valores, fazendo o que Darci Accorsi fez: reajuste de imóvel por imóvel, corrigindo injustiças, sem onerar os médios e pequenos. Os incrementos nos permitirão aumentar a arrecadação em um bilhão nos próximos dois anos.

O eixo principal da nossa gestão financeira será compatibilizar as receitas com as despesas, desenvolvendo ações constantes para o incremento de receita. Além disso, realizaremos:

- ★ A reforma do Código Tributário de Goiânia, que simplifique a legislação e contenha tributação justa. A última reforma - Lei 5.040 de 20 de Novembro de 1975 - foi elaborada na gestão petista do Prefeito Darci Accorsi. Neste período, reduzimos o IPTU dos imóveis residenciais, valorizando a função social das áreas urbanas; readequamos as atividades econômicas do ISS e englobamos as alterações da Lei Complementar 042 de 26 de dezembro de 1995. Nossas gestões souberam fazer justiça fiscal.
- ★ A reestruturação e modernização da COMURG para tornar os seus custos competitivos com custos equivalentes no mercado, sem prejuízo aos trabalhadores e trabalhadoras daquela empresa;
- ★ Projetos para captação de recursos em agências multilaterais para os investimentos em infraestrutura de mobilidade sustentável e acessível, bem como desenvolvimento sustentável (calçada, ciclovias, ciclo faixas, corredores exclusivos, semáforos inteligentes, coleta e reciclagem de resíduos sólidos, construção de parques, etc.);
- ★ Projetos de securitização de ativos com recursos destinados a projetos sociais e educacionais;
- ★ Alteração da Planta de Valores para reduzir as desigualdades na tributação do IPTU (IPTU progressivo);
- ★ Atuação de forma administrativa e judicial para aumentar o IPM de Goiânia no ICMS;
- ★ Atuação para atrair grandes empresas de prestação de serviços para Goiânia criando Polos de Desenvolvimento Setoriais (Logístico, Call Center, etc.) como forma de aumentar a arrecadação do ISSQN;
- ★ Atuação para formar um Polo Atacadista de Frigorífico e um Polo de Laticínios, além de outros Polos citados no Anexo de Desenvolvimento Econômico e Social.

Modernizar o sistema de tributação do ISTI;

- ★ Modernizar o cumprimento de obrigações tributárias acessórias pelos contribuintes com a criação de um APP (aplicativo) próprio visando a sua desburocratização;
- ★ Revisar os incentivos fiscais visando atrair e estimular empreendimentos e investimentos urbanos sustentáveis;
- ★ Modernizar a fiscalização com sistema informatizado de inteligência fiscal;
- ★ Ampliar a política de valorização dos servidores públicos e de gestão.
- ★ Ampliar as políticas de parcerias públicos privadas visando à implantação de projetos que demandem altos investimentos a exemplo da construção de mobiliário urbano.
- ★ Estender a área central da cidade para as imediações do Setor Norte Ferroviário, (região da rua 44). Implantar um amplo projeto de revitalização, garantindo isenção tributária para os empreendimentos turísticos, lazer, cultura e tecnologia. Junto com este arranjo produtivo local, desenvolver a revitalização do centro de Goiânia em uma ação sincronizada entre as pastas das Finanças, Cultura, Obras e Desenvolvimento Econômico.

ANEXO

9. RESPEITOS AOS/ÀS SERVIDORES/AS PÚBLICOS/AS

Reafirmamos o nosso compromisso de governar Goiânia para todos e com todos. Assim, os/as servidores/as terão um papel relevante na nossa gestão, como o são para o desenvolvimento de todas as políticas que queremos implementar PARA MUDAR GOIÂNIA. Temos CORAGEM para tal e sei que os/as servidores/as também têm. Juntos vamos encontrar saídas criativas e ousadas para modernizar a gestão e organizar os serviços de modo a atender o cidadão e cidadã, com rapidez, eficiência e com o respeito que merecem.

Para tal, garantiremos as condições mínimas de respeito e dignidade dos/as servidores/as, além de

- 1 - Instituir um processo permanente de negociação com os Sindicatos das categorias que compõe a Prefeitura, de modo a garantir o respeito à legislação e estudar, em conjuntos com os mesmos, melhorias para os/as servidores/as, inclusive os planos de carreiras.
- 2 - Garantir os EPIs e demais equipamentos de segurança para os setores que necessitem.
- 3 - Fortalecer o Plano de Saúde do Servidor (IMAS) e ampliar a Rede de Convênios com hospitais, clínicas, médicos, médicos especializados e odontólogos.

